

## 4

### O Escudo do *Imam*: A Guerra Irã-Iraque e as Fronteiras da Nação.

“Para cada inseto, existe um inseticida”.  
(general iraquiano Mahid Abd al-Roshid,)

#### 4.1

##### Dando forma ao escudo.

Muitas vezes se tem a impressão de que o passado emite vozes que podem ser ouvidas e retransmitidas. Aqueles que rotineiramente se convencem de seu pertencimento a uma nação; esses também escutam no presente, vozes, brados e alaridos arrancados da história. A proposta deste capítulo é apontar quem, no interior da nação iraniana após a Revolução Islâmica, está autorizado a pronunciar esses ruídos tão convincentes e pouco questionáveis, assim como saber a quem é permitido ouvir esses clamores.

Independente do “ruído” que faça, a nação pode ser entendida como uma construção não apenas política, mas sobretudo, cultural. Em sua reflexão acerca da nação moderna, Homi K. Bhabha defende a existência de recursos discursivos que possuem como objeto central construir narrativas sobre a nação<sup>1</sup>. Desse modo, esse capítulo pretende discutir três documentos consulares que se configuram como narrativas de cunho nacionalista produzidos pelas embaixadas iranianas de Brasília e Lisboa, após a deflagração da Guerra Irã-Iraque na década de 1980. Os textos referem-se a um projeto de representação da República Islâmica do Irã como uma nação autônoma que passa a coincidir sua fronteira com os espaços de atuação do Estado iraniano, mantendo pretensões de liderança entre os países não alinhados com as potências da Guerra Fria. O Irã busca afastar-se da imagem subversiva que sua Revolução de 1979 atrelou ao país sem abdicar de sua identidade nacional revolucionária. Os documentos servem, assim como serviu a

---

<sup>1</sup> “O que procuro formular neste capítulo são as estratégias complexas de identificação cultural e de interpelação discursiva que funcionam em nome ‘do povo’ ou ‘da nação’ e os tornam sujeitos imanentes e objetos de uma série de narrativas sociais e literárias”. Homi K. Bhabha. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 199.

já citada Constituição iraniana, como espaços de negociação de narrativas sobre a nação, voltados integralmente à comunidade internacional.

A construção de uma identidade nacional a ser reconhecida por outras nações parece favorecer-se de situações que produzam diferenças culturais; circunstâncias chamadas por Bhabha de “entre-lugares<sup>2</sup>”. Em relação aos documentos trabalhados nesse capítulo, o domínio da diferença como experiência de negociação de valores culturais que podem ser incorporados ou refutados pela nação é a Guerra Irã-Iraque entre 1980 e 1988. Assim, o embate político e cultural entre a nação iraniana xiita e a nação iraquiana árabe-secular passa a ser produzido de maneira performativa no jogo militar da guerra, em que valores próprios da identidade nacional são incorporados ao estilo que se usa para guerrear. O modo antagônico como os envolvidos na guerra se vêem é indispensável à construção da imagem da nação que se pretende legitimar no “mundo das nações”.

Ainda que não trate especificamente da Guerra Irã-Iraque, mas tenha sido produzida durante o confronto, o panfleto iraniano denominado “*Um Olhar Pela República Islâmica do Irão*”, serve como uma primeira narrativa a ser analisada. Publicado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Islâmica do Irão através de sua Embaixada em Lisboa, com circulação em todos os países de língua portuguesa que mantêm relações diplomáticas com o Irã, o panfleto busca mostrar as características gerais do Estado-nação iraniano.

Enquanto material descritivo das condições políticas, sociais e culturais do país, imbuído em um estilo veemente, a obra assinalada se propõe levar ao leitor estrangeiro o funcionamento de uma engenharia social alicerçada, como caracterizou Eric Hobsbawm, em “tradições inventadas” que passam por um processo de institucionalização após um momento histórico marcante para aquela sociedade, como foi a Revolução Islâmica de 1979<sup>3</sup>”.

---

<sup>2</sup> “O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses ‘entre-lugares’ fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular e coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade”. *Ibid*, p. 20.

<sup>3</sup> Por tradição inventada Hobsbawm entende “... um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; (tais) práticas, de natureza ritual e simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado”. Eric Hobsbawm e Terence Ranger. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 3ª. Edição. p. 9.

A especificidade desse material se mostra pela preocupação que o texto apresenta em relacionar o Irã aos valores expressos pela matriz religiosa e pelas referências históricas que a civilização islâmica proclama, no intuito de tornar solidamente determinados alguns elementos de sua organização social. A religião islâmica não ganha nessa obra, um modo prático, como se verifica pelo seu uso essencialmente teológico, mas ela passa, sim, a ser caracterizada por um emprego marcadamente simbólico-ritual, com o propósito de aproximar a identidade nacional iraniana dos signos que caracterizam a comunidade religiosa<sup>4</sup>. Dessa maneira, as considerações iniciais do documento que, em seu prefácio, tenta reunir um conjunto de acessórios simbólicos importantes, são responsáveis pela criação de uma continuidade histórica que tem o Islã como elemento norteador.

Ao designar uma existência milenar à posse daquela terra pelos seus próprios habitantes, o texto estabelece uma divisão do tempo histórico que coincide com a repartição temporal sustentada pela história islâmica. Ou seja, os acontecimentos históricos anteriores ao advento da mensagem revelada pelo Profeta Maomé, ainda que significativos, são considerados menos relevantes porque a história do Irã é apresentada como expressão da própria narrativa do desenvolvimento e expansão da fé muçulmana. A *Jahiliyyah*<sup>5</sup> (جاهلية), por exemplo, vinha identificada a uma série de malefícios tidos como impróprios pelos homens a partir da chegada do Islã, e os quais teriam sido expurgados do território iraniano somente após a vitória política do processo revolucionário de 1979:

“Esse sistema político (monárquico-hereditário originado com Ciro em 550 a.C.) que pela sua própria natureza se caracteriza por um totalitarismo, prevaleceu naqueles tempos, devido às circunstâncias então existentes, tendo-se mantido através das dinastias Sassânidas e Parta. A religião seguida por este Povo era o Zoroastrismo. Com o advento do Islão, a História do Irão confunde-se durante alguns séculos com a História do Islão, tendo a maioria dos iranianos seguido esta fé<sup>6</sup>”.

Esse trecho mostra a constituição de uma relação histórica dos povos que habitaram a região da Pérsia com as fronteiras políticas contemporâneas da

<sup>4</sup>“Do mesmo modo, os objetos e práticas só são liberados para uma plena utilização simbólica e ritual quando se libertam do uso prático”. *Ibid*, p. 12

<sup>5</sup> *Jahiliyyah* é no islamismo, a “Idade da Ignorância”, ou seja, a era pré-islâmica em que Deus ainda não havia extraído os homens da falta de conhecimento de Sua verdade.

<sup>6</sup> Extraído de: *Um Olhar Pela República Islâmica do Irão*. S/I: Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Islâmica do Irão, s/d. p. 6.

República Islâmica do Irã. E, ainda que atrele ao tempo da *Jahiliyyah* uma série de conceitos políticos pejorativos que somente fazem sentido ao leitor contemporâneo, como por exemplo “*totalitarismo*”, tal vocábulo é utilizado para caracterizar a desorganização política de responsabilidade de não-islâmicos – no caso os zoroastristas – em um momento em que a trajetória do povo “iraniano” viu-se distanciada da legítima história islâmica. Assim, o compêndio da história iraniana tecido nessa obra acaba por eleger episódios históricos merecedores de reverência, os quais através desse texto, deveriam tornar-se públicos em função dos muitos elementos simbólicos extraídos dessa teia de acontecimentos memoráveis. A epopéia de ascensão de um governo nacional e justo no Irã necessariamente precisa salientar tanto a Rebelião do Tabaco de 1892, quanto o Movimento Constitucionalista de 1905 por serem episódios em que a ação política é publicamente inspirada por líderes religiosos. Não obstante, o ulemá Mirza Shiraz, que participou ativamente da Rebelião do Tabaco é descrito como uma espécie de herói nacional por subtrair ganhos políticos de uma ação religiosa muito antes de qualquer pretensão dos ulemás em tomar o poder no país<sup>7</sup>.

Se o ulemá Shiraz é retratado como uma espécie de paladino nacional e do Islã contra os interesses ingleses no país, toda a Dinastia Pahlavi é retratada como traidora por ameaçar a “soberania nacional” alinhando-se à Inglaterra e aos Estados Unidos durante os anos de efervescência da Guerra Fria até sua deposição em 1979<sup>8</sup>.

Nesse trecho, o conteúdo simbólico de caracterização da Dinastia Pahlavi como traidora do povo iraniano é refletido em uma definição política da “nação” que tem sua “identidade” e “independência” vilipendiadas pelo líder que se alia ao não-nacional. A preocupação do texto em apresentar o termo nação refere-se à condição do país enquanto unidade política soberana, obrigatoriamente distanciada das “potências estrangeiras” que significam uma ameaça ao Irã como

<sup>7</sup> “Apesar do número elevado de vítimas entre os manifestantes, não foi atingido nenhum resultado concreto. É nesta circunstância que Mirza Shiraz, um dos grandes ulemás da época (jurisprudente e erudito islâmico) emitiu uma directiva religiosa (*fatwa*) que levou ao boicote e abstenção do consumo de tabaco, até mesmo pelas mulheres da corte, esta directiva, foi sem dúvida, a causa da anulação do contrato de concessão de tabaco concluído entre o governo de então e a companhia inglesa”. *Ibid*, p. 5.

<sup>8</sup> “A política da Dinastia Pahlavi – o último regime monárquico do Irão – era tal que alienou completamente o País às potências estrangeiras, reduzindo a soberania nacional a nada. A liberdade do povo iraniano foi hipotecada, levando à perda da sua própria identidade como Nação independente. *Ibid*, p. 7.

comunidade autônoma. A aproximação do governo monárquico iraniano com essas “potências” cria um contexto social e político caótico que não é ignorado pela narrativa histórica sustentada pelo documento. Durante a liderança de Mohammed Reza Pahlavi, afirma-se “(...) a corrupção, o vício, a imposição da ocidentalização, a ruptura com a Cultura Islâmica, a confrontação e hostilidade para com a religião, levada a cabo pelo governo através do uso indevido dos meios de Comunicação, como o Rádio, a Televisão e os Jornais, eram uma constante no cotidiano nacional<sup>9</sup>”.

Cada sinal de proximidade do regime monárquico com os interesses adventícios no país afasta a figura do líder da nação como portador do que seria “essencial” ao povo iraniano, ou seja, sua relação com a fé islâmica. O caráter “ocidentalizado” do Xá o investe de um conjunto de símbolos negativos capazes de o afastar daqueles outros elementos que compõem o “cotidiano nacional”.

Contrariamente, a história iraniana passa a ser referida como gloriosa e legítima na medida em que a figura do *Imam* Khomeini é introduzida na narrativa. O exílio de Khomeini em 1964 é lembrado como a fagulha de indignação que nos próximos anos levaria à consagração da Revolução Islâmica do Irã. A liderança de Khomeini durante o processo revolucionário é reconhecida desde a época do exílio, e funciona como catalisadora da indignação nacional em relação ao distanciamento do poder que o Islã (na figura do *Imam*) era submetido pelo Xá<sup>10</sup>.

A nação, construída a partir da tradição islâmica que, em 1979, toma o Estado iraniano e institucionaliza o Islã como prática política nacional, pode ser entendida como espaço de conflito pelo controle da unidade político-militar do território. Vencido o poder monárquico identificado com os atributos não-nacionais do alinhamento com o Ocidente e, conseqüentemente, distante dos ensinamentos islâmicos, o foco do discurso panfletário volta a estabelecer uma relação de conflito contra a atuação diplomática estrangeira, a qual se territorializa através da resistência às ações táticas de outros Estados-nação concorrentes no campo da política externa. Nesse momento, o teor militante do discurso se intensifica ao invocar uma nova rede de solidariedade, apresentada como

<sup>9</sup> *Ibid*, p. 8.

<sup>10</sup> “... ainda quando do exílio do Imam Khomeini, líder da Revolução Islâmica do Irã – a ira popular jamais arrefeceu; pelo contrário, tal prática, pareceu alimentar ainda mais a força do Povo rumo aos seus ideais e direitos inalienáveis. (...) A Revolução Islâmica do Irã, que teve início sob a liderança definitiva do Imam Khomeini, criou uma nova forma de participação popular. *Ibid*, pp. 8 e 9.

testemunho da sobrevivência dessa nação no cenário internacional, a qual a partir da obstinação demonstrada, passa a servir de paradigma para qualquer outra luta pela unidade política. A linguagem combatente desta narrativa abandona os exemplos extraídos da trajetória histórica e passa a defender a própria experiência política como exemplar e duradoura<sup>11</sup>. A República Islâmica do Irã organiza através desse texto, uma imagem de autonomia e resistência em relação ao contexto da Guerra Fria vivida no período de consolidação do processo revolucionário e, afirma sua soberania pelo vínculo à tradição religiosa arquitetada como presente na “essência” dos integrantes de sua “comunidade imaginada”, como testemunho do poder da fé muçulmana e da vitória da unidade nacional contra a opressão estrangeira. O prefácio da obra termina com uma frase de impacto que sugere ao leitor um futuro surpreendente e brilhante como o processo revolucionário do país: “Sim, o Sol Voltou a Nascer do Oriente<sup>12</sup>”.

## 4.2

### **Os adornos do Escudo.**

Após tornar públicas suas intenções, a obra “*Um Olhar Sobre a República Islâmica do Irão*” aprofunda a apresentação de seus símbolos recém criados como institucionalização dos valores e normas que norteiam aquela comunidade. Brevemente, a Bandeira Nacional (também apresentada na Constituição – ver capítulo 2 deste trabalho) é ritualmente destrinchada para que o leitor entre em contato com os signos que ela sustenta. Ao estabelecer uma relação entre a bandeira nacional do período da Dinastia Pahlavi e a flâmula da República Islâmica nota-se que a diferença se constrói a partir do centro do estandarte, em uma clara menção à profunda mudança de paradigma conceitual que diferencia

---

<sup>11</sup> “A Revolução Islâmica do Irão, tem vindo sempre a crescer resolutamente, mantendo-se mais firme de dia para dia, depois de ter cortado com a submissão, dependência e alinhamento com todos os países e poderes, confiando apenas na Fé dos Divinos Ensinamentos Islâmicos e na unidade e identidade do seu próprio povo. Apesar das conspirações estrangeiras e restrições econômicas, políticas e militares impostas sobre ela, pelas superpotências que perderam os seus interesses imperialistas e hegemônicos devido à Revolução, ela continua de pé, cada vez mais firme e mais enraizada.

A perseverança do Povo Muçulmano do Irão, apesar de ter suportado o peso das ameaças contínuas por parte de potências estrangeiras e a intriga dos seus elementos internos, impressionou grandemente, não só o Mundo Islâmico, mas também todas as Nações que vivem ainda sob o peso da opressão”. *Ibid*, p. 10.

<sup>12</sup> *Ibid*, p. 14.

esses dois projetos de nação. A partir da Revolução Islâmica, o signo do leão, símbolo do regime imperial Pahlavi, é substituído por uma complexa insígnia vermelha fortemente comprometida com a profissão de fé do Islã. O texto afirma:

“A Bandeira Nacional é composta por três cores: o verde, o branco e o vermelho separados pelos dizeres *Allah-o Akbar* (Deus é Grande) repetido 22 vezes. A cor verde, fica situada na parte superior enquanto que o branco se situa no centro e o vermelho, na secção inferior. A insígnia da República Islâmica do Irão, vermelha de cor, situa-se no centro sobre a parte branca.

Além de proclamar o nome de *Allah* (Deus), esta insígnia expressa também o testemunho, *La ila ha il-lal-Allah* (não existe nenhuma deidade senão Deus único)<sup>13</sup>”.

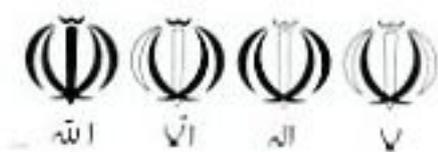


O testemunho de fé da unidade de Deus serve como elemento simbólico sagrado que compõe a institucionalização da unidade da comunidade política. A sacralidade da unicidade de Deus é ritualisticamente transferida para a afirmação da unidade nacional, criando uma aliança entre a República e os cidadãos que se aproxima e se confunde com a aliança do fiel ao Deus único.

Porém, a capacidade de representação simbólica da insígnia não se esgota com a defesa do monoteísmo. O texto ainda apresenta o signo como a reprodução da “... imagem de um livro a ser aberto, simbolizando assim o Sagrado Corão

<sup>13</sup> *Ibid*, p. 18.

(*Qur`an*)<sup>14</sup>”, bem como, através de sua parte central, “... uma espada simboliza o poder e a força, terminando em *Tashdid* que serve para reforçar o símbolo acentuando-o com o símbolo do ferro” e “a sua forma simétrica representa a Balança e a Justiça<sup>15</sup>”. Esses elementos sobrepostos referem-se, como cita o próprio documento, a um verso do Sagrado Alcorão (57:25)<sup>16</sup> que utiliza a representação do Livro, da Balança e do Ferro para expressar a mensagem divina transmitida ao Profeta Maomé. Como uma fonte inesgotável de simbolismos, a insígnia faz menção a 4 luas crescentes (essa posição da lua é o emblema maior do Islã), suas 5 secções referem-se a *Usul-e-Din*<sup>17</sup> e sua forma circular remonta à “*Jihad*”, traduzida pelo próprio texto como “(Guerra Santa – isto é, a guerra pela causa Divina) para a criação duma sociedade monoteísta, unida e devota<sup>18</sup>”. Novamente, a construção da unidade política, que se baseia nos símbolos da unidade religiosa da comunidade de fiéis invoca a imagem do conflito pela justiça e soberania de seus integrantes.



A possibilidade da compreensão dessa sobreposição de conceitos políticos e religiosos é possível se a interpretação da racionalidade política erguida a partir do processo revolucionário iraniano for destacada pelas contribuições teóricas sobre o campo da política apresentadas por Carl Schmitt. A convergência de significados religiosos e políticos é legítima ao se abandonar a tentativa de encontrar subsídio a esta perspectiva na racionalidade política moderna extraída do liberalismo que Schmitt tanto combateu. Enquanto uma crítica contundente ao liberalismo político, os discursos produzidos pela República Islâmica do Irã

<sup>14</sup> *Ibid*, p. 19.

<sup>15</sup> *Ibid*, p. 19.

<sup>16</sup> “Com efeito, enviamos Nossos Mensageiros com as evidências, e por eles, fizemos descer o Livro e a balança, para que os homens observem a equidade. E criamos o ferro; nele, há veemente força e benefícios para os humanos. E isso, para que Allah saiba quem O socorre a Ele, ainda que Invisível e a Seus Mensageiros. Por certo, Allah é Forte, Todo-Poderoso”. Helmi Nasr. *Tradução do Sentido do Nobre Alcorão para a Língua Portuguesa*. Sura 57:25.

<sup>17</sup> 5 princípios considerados pela obra, fundamentais da religião islâmica: *Tawhid* – Monoteísmo; *Nabuwwat* – Profeta, Mensageiro de Deus; *Ma`ad* ou *Qayamat* – Ressurreição ou Juízo Final; *Imamate* – Sucessor do profeta para guiar a Humanidade como guardião das Revelações dadas ao Profeta por Deus; e o *Adl* – Justiça.

<sup>18</sup> *Um Olhar Pela República Islâmica do Irã*. Op. cit. p. 19.

durante a Guerra Irã-Iraque não podem ser analisados a partir das mesmas ferramentas teóricas que se mostram oportunas aos exames obrigatoriamente secularizados dos conceitos políticos liberais. Assim, como propõe Schmitt, a concepção de soberania deve ser lida através de seus “...elementos aparentemente irracionais, implícitos no uso moderno da palavra soberania”. Não se pretende dizer que não há racionalidade política na construção do Estado iraniano após a Revolução Islâmica. Apenas afirmamos, em Schmitt que: “T(t)oda contraposição religiosa, moral, econômica, étnica ou outra transforma-se numa contraposição política, se tiver força suficiente para agrupar objetivamente os homens em amigos e inimigos<sup>19</sup>”.

Se como já explicitado anteriormente, a nação é o espaço do conflito pela unidade político-militar, a definição conceitual da nação nessa sua dimensão necessita de categorias propriamente políticas e, é para esse fim, que Schmitt destaca a importância do antagonismo entre amigo-inimigo como raiz identificadora do campo assinalado. Dessa forma, todos os conceitos políticos possuiriam um sentido polêmico baseado imperiosamente em um antagonismo sólido responsável por alianças e distinções manifestadas pela identificação “amigo-inimigo<sup>20</sup>”. Essa perspectiva pode parecer excessivamente hostil e militarizada, porém, ela apenas apresenta a possibilidade da guerra e da paz entre Estados que defendem a necessidade de fixar suas fronteiras e manter a coesão social de seus integrantes pela afirmação de uma unidade política em um dado território.

A estratégia de fixação dos limites de seu território como marco para a caracterização do “estrangeiro-inimigo” é percebida na obra “*Um Olhar Sobre a República Islâmica do Irã*”. Três extensos tópicos do texto são dedicados à descrição territorial do país. A apresentação desses componentes abrange diferentes aspectos da superfície nacional, desde elementos físicos (geografia natural), até a exposição quase etnográfica de sua população (geografia política e

---

<sup>19</sup> Carl Schmitt. O Conceito do Político. Petrópolis: Editora Vozes, 1992. p. 63.

<sup>20</sup> “A diferença entre amigo e inimigo tem o sentido de designar o grau de intensidade extrema de uma ligação ou separação, de uma associação ou dissociação; ela pode, teórica ou praticamente, subsistir, sem a necessidade do emprego simultâneo das distinções morais, estéticas, econômicas, ou outras. O inimigo político não precisa ser moralmente mau, não precisa ser esteticamente feio; não tem que surgir como concorrente econômico, podendo talvez até mostrar-se proveitoso fazer negócio com ele. Pois ele é justamente o outro, o estrangeiro, bastando à sua essência que, num sentido particularmente intensivo, ele seja existencialmente algo outro e estrangeiro, de modo que, no caso extremo, há possibilidade de conflito com ele...”. *Ibid*, p. 52.

humana) seguida da descrição de suas características de produção de riquezas (geografia econômica).

Certamente, o tópico da descrição nacional mais relevante para a compreensão da construção do conceito de nação nessa obra refere-se à “Geografia Política e Humana”. Em linhas gerais, percebe-se nesse texto uma tentativa de elaboração de um perfil étnico dos integrantes da comunidade política. Invoca-se portanto, os elementos sociais e políticos que devem compor a representação do “amigo”, ou seja, das características essenciais que não se pode identificar no inimigo político. Inicialmente, o inimigo não pode transpor os limites de fronteira estabelecidos pelo Estado iraniano, que se empenha em traçar uma tabela marcando nominalmente, o país vizinho a ser separado de sua unidade territorial e a extensão da fronteira que deve manter separado o Irã das outras comunidades nacionais.

Entretanto, a caracterização da nação iraniana não pode limitar-se à definição de fronteiras. A textura social também se mostra relevante para compor a coligação de membros da comunidade política, destacando valores considerados oportunos à coesão social pelos articuladores do discurso. Dessa maneira, as comunidades tribais do Irã são descritas de forma idílica, inclusive com atributos cívico-militares considerados importantes ao Estado-nação, como por exemplo:

“Vivendo em paisagens naturais com a qual parecem manter um contacto constante, as populações tribais são, na generalidade, pessoas bondosas e muito hospitaleiras. Por viverem na sua grande maioria em zonas fronteiriças do País, as tribos iranianas poderiam considerar-se os guardiões territoriais da República Islâmica<sup>21</sup>”.

Essa afirmação da função social e política das tribos ao mesmo tempo em que as inclui na comunidade política, restringe o espaço de atuação política desses clãs, visto que sua contribuição política é limitada ao dever cívico de vigilância e manutenção das fronteiras nacionais, compreensível pelo fato de que na época da produção desse documento, o Irã encontrava-se em um conflito armado com o Iraque, oficialmente registrado por problemas de fronteira física. Não há uma única menção significativa à atuação dessas tribos em outros ganhos institucionais como a participação política e o acesso a cargos no interior do Estado. As contribuições políticas bem como o campo de atuação das tribos se encontram

---

<sup>21</sup> *Um Olhar Pela República Islâmica do Irão*. Op. cit. p. 29.

afastados dos centros de poder, fazendo com que façam parte da comunidade nacional em papéis sociais determinados.

A falta de destaque da atuação política dos clãs não é percebida em outros grupos nacionais descritos no contexto social que a obra retrata. As mulheres da República Islâmica do Irã também são inseridas na lógica de demarcação das contribuições específicas desse grupo à comunidade nacional pela composição de uma “representação amistosa” que as identifica pelo lado positivo do antagonismo político “amigo-inimigo” de Schmitt. A mulher, portanto:

“Na verdade, a sensibilização e a própria consciencialização, permitiu que a mulher saísse da crença consumada de que ela apenas serve como um objeto de uso e prazer... (...) Somente as actividades que degradam a personalidade e a moral da mulher, e, naturalmente, não condizem com os Divinos Valores Islâmicos, foram proibidos<sup>22</sup>”.

Nesse sentido, percebe-se que o papel social da mulher na comunidade nacional está intimamente relacionado com a instituição familiar, sendo quase uma espécie de “dever cívico” preocupar-se com os valores do Islã. A aproximação do papel social do grupo com as normas religiosas não foi observado entre as tribos, mas entre as mulheres é evidentemente reforçado. Uma possível explicação à subordinação das mulheres aos ensinamentos religiosos pode ser apresentada pela clara menção que o texto faz à participação política das mulheres no Poder Legislativo; o que não ocorre no caso dos clãs<sup>23</sup>.

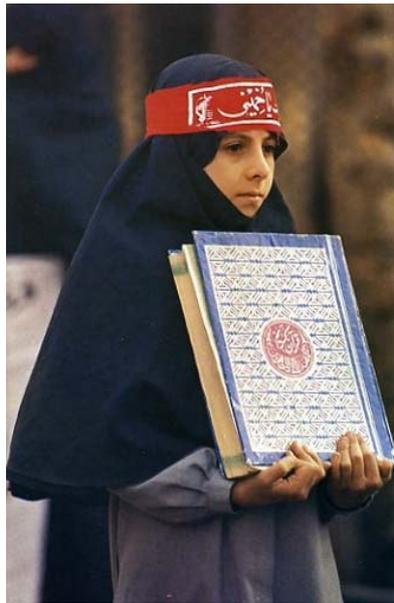
O último grupo social a ser mencionado pelo texto são as crianças e a juventude. O argumento teórico da subordinação dessa comunidade às normas do Islã é ainda mais evidente. Em uma ilustração de página inteira, uma fotografia de uma menina com trajés de oração islâmicos, exibindo um grande Alcorão é apresentada ao leitor acompanhado de uma legenda que revela: “A geração da Revolução, isto é, a Geração do Alcorão<sup>24</sup>”.

---

<sup>22</sup> *Ibid*, pp. 30 e 31.

<sup>23</sup> “Politicamente, a participação da mulher é um dado normal, como aliás o atesta a Assembléia Consultiva Islâmica, o *Majlis*, onde a mulher está, de há muito, representada”. *Ibid*, p. 31.

<sup>24</sup> *Ibid*, p. 33.



Uma transposição metafórica pode ser percebida na ilustração. Tão jovem quanto à criança é a própria Revolução Islâmica, pois ambas são aproximadas pela categoria “geração”. A juventude que vive os frutos da Revolução deve ser instruída pelo próprio Estado, que a agregará à comunidade nacional quando a mesma tiver, como tem a República Islâmica, seus passos guiados pelo Alcorão Sagrado.

Mas, além da definição dos integrantes da nação a partir dos requisitos necessários à comunhão política, a atuação do Estado deve ser destacada quando capaz de suprimir qualquer dependência da nação ao estrangeiro. O Estado-nação legítimo deve ser autônomo em suas atividades, principalmente àquelas consideradas estratégicas à própria sobrevivência de seus integrantes. O texto tenta provar em diversos aspectos estruturais da organização político-estratégica, sua independência em relação às outras nações do mundo. Os assuntos agrícolas parecem ser um exemplo contumaz dessa perspectiva, uma vez que:

“Depois da Revolução Islâmica, importantes esforços foram feitos pelos Centros de Pesquisa Agrícola, a fim de salvaguardar e responder às necessidades agro-alimentares estratégicas do País; com o único propósito de assegurar ao País a auto-suficiência neste domínio vital. (...) ...a vasta distribuição de máquinas agrícolas de fabrico nacional, apoio governamental e créditos, permitiram já à República Islâmica um grande passo rumo à auto-suficiência. De lembrar que todo este desenvolvimento foi conseguido em circunstâncias em que quase metade destes produtos eram importados, antes da Revolução Islâmica<sup>25</sup>”.

---

<sup>25</sup> *Ibid*, pp. 42 e 43.

A comparação das atividades atuais do governo islâmico que buscam a afirmação do Irã como nação independente, em oposição ao governo anterior, fortemente marcado pela defesa de interesses estrangeiros no país, parece servir de eficiente tática narrativa para a construção da imagem da nação iraniana como legítima, una e soberana. Mas, a comprovação de um desempenho autônomo do Estado também é mostrada em projetos de modernização que reafirmam a condição da República Islâmica do Irã de Estado moderno e tecnologicamente desenvolvido; o que contesta qualquer análise teórica que defina o Irã como nação crítica ao processo de desenvolvimento técnico-científico característico do século XX. A República Islâmica do Irã se mostra contestadora apenas do projeto de ocidentalização sustentado pelo regime imperial da Dinastia Pahlavi, e não necessariamente contrário a qualquer processo de modernização.

Uma possível demonstração dessa perspectiva é o empenho que o documento apresenta para demonstrar a soberania do país na área de infraestrutura e oferecimento de serviços para garantir sua adequação estrutural às demandas de expansão e planejamento de instalações que favoreçam seu desenvolvimento econômico. Os setores de aviação e navegação são invocados como exemplo da busca de autonomia do país:

“O projecto para o novo aeroporto de Teerão, que é um dos maiores e mais modernos projectos para aeroportos do mundo, está a ser actualmente planeado e implementado (...) Até a data da Revolução Islâmica, utilizava-se em larga escala no Irão o serviço de companhias aéreas estrangeiras para o transporte de peregrinos iranianos para a Arábia Saudita; no entanto, depois da Revolução Islâmica e apesar do aumento do número de passageiros verificado, todos os peregrinos iranianos que só em 1985 totalizaram 150.000, foram transportados pela Iran Air. Em 1981, esta companhia transportou um total de 1 863.000 passageiros<sup>26</sup>”.

“O gigantesco estaleiro de Bandar Abbas, que se encontra em plena fase de acabamento, começará a construir em breve, navios de cerca de 20.000 toneladas e assegurará a reparação de mais de 240 barcos/ano, tornando o País auto-suficiente na reparação naval, permitindo ao mesmo tempo responder às necessidades dos países vizinhos do Golfo Pérsico<sup>27</sup>”.

Mesmo sabendo da necessidade de se manter reservas com relação aos números apresentados, a estatística em si é pouco reveladora. O elemento central desse trecho é justamente a apresentação de um projeto de autonomia no setor de

---

<sup>26</sup> *Ibid*, p. 51.

<sup>27</sup> *Ibid*, p. 69.

transportes que, assim como seus espaços de infra-estrutura, devem ser exibidos em expansão para destacar a independência do Irã nesse setor. Daí a competitividade no cenário de rivalidade internacional de nações, em especial, buscando aparecer como pólo do setor naval no Golfo Pérsico.

O argumento de liderança entre as nações é reforçado pelo texto através da tentativa de convencer o leitor sobre a existência de uma espécie de vocação da nação iraniana em desenvolver técnicas de melhoramento de sua infra-estrutura. A idéia de que a Revolução Islâmica foi um marco de desenvolvimento técnico-científico (como no setor naval) é substituída pela imemorial capacidade de transformação da carestia em abundância de recursos, como percebido no sistema hídrico do país, já que, afirma o texto:

“D(d)esde há muito tempo que os iranianos inovaram um sistema subterrâneo de canais para transferir a água do cimo das montanhas para os seus campos.

Os aquedutos assim construídos, têm por vezes centenas de quilômetros de comprimento e conseguem fazer face à escassez de água. Presentemente, existem milhares destes aquedutos por todo o País<sup>28</sup>”.

Há portanto, o desenvolvimento de uma defesa da soberania do Irã que é legitimada pela convergência de uma espécie de disposição ao intento e um projeto político de auto-suficiência promovido pela República Islâmica. A autonomia de recursos e tecnologia é imprescindível à afirmação de unidade política em fins do século XX, e o envolvimento dos integrantes da comunidade nacional sob supervisão do Estado merece destaque no interior desse projeto de nação<sup>29</sup>.

No entanto, após afirmar as condições que permitem a inclusão de indivíduos em seu projeto de nação; as categorias e funções atribuídas a cada grupo nacional integrado, e o objetivo de independência que destacaria a nação no cenário competitivo internacional dos anos finais da Guerra Fria, a República Islâmica do Irã traça nesse documento, a antagonica face política do “inimigo”, salientada por Schmitt e essencial para a caracterização efetiva da dimensão político do conceito de nação produzido pela Revolução.

---

<sup>28</sup> *Ibid*, p. 64.

<sup>29</sup> “Depois de terminados os seus estudos, eles (estudantes) aprenderão uma profissão que provará, no futuro, ser de grande utilidade tanto para eles próprios como para o Ideal de auto-suficiência do País”. *Ibid*, p. 83.

Carl Schmitt, em sua crítica a frágil ordem constitucional da República de Weimar, acusava o liberalismo de reduzir a noção política de inimigo a um simples concorrente comercial que centralizava o palco de conflito às discussões abstratas “puramente espirituais” e retóricas<sup>30</sup>. Um povo politicamente atuante encontra-se obrigatoriamente imerso no antagonismo “amigo-inimigo” e seu teor de envolvimento político pode ser sentido quanto mais concreto estiver fixado esse antagonismo pela identificação daqueles que carregam os sinais do oponente. Dessa maneira, o inimigo não pode ser caracterizado como um simples rival particular que é definido através de uma relação privada, mas sim, trata-se de uma comunidade potencialmente combatente que se permite contrária a um conjunto semelhante, ou seja, um grupo necessariamente público<sup>31</sup>.

A concepção política de inimigo em Schmitt mostra-se facilmente aplicável a um contexto de existência de projetos distintos de nação. A comunidade nacional necessariamente soberana e baseada em uma solidariedade coletiva é o espaço propício ao desenvolvimento dessa perspectiva conflituosa porque se preocupa, entre outros elementos, com a coesão da unidade político-militar. Por isso, a definição do inimigo parece oportuna à consolidação da rede de solidariedade imaginada pelos integrantes da nação e os prepara à manutenção de suas fronteiras, uma vez que a demarcação do inimigo permita a contingência da batalha<sup>32</sup>. Entretanto, Schmitt destaca a impertinência de se idealizar ou mesmo reduzir essa acepção polêmica do campo político a uma militarização ou dominação generalizada. A guerra não é fruto exclusivo da decisão política de escolha do inimigo, apenas se constata que em um dado conflito de qualquer natureza, a noção de inimigo é anterior ao embate<sup>33</sup>.

<sup>30</sup> “O liberalismo procurou, a partir de seu típico dilema entre espírito e economia, reduzir o inimigo a um concorrente, na perspectiva do espírito. No domínio do econômico, de fato, não existem inimigos, mas apenas concorrentes, e num mundo totalmente moralizado e eticizado talvez apenas restem adversários de discussão”. Carl Schmitt. *Op.cit.* p. 54.

<sup>31</sup> “O inimigo, portanto, não é o concorrente ou o adversário em geral. O inimigo também não é o adversário particular, que odiamos por sentimentos de antipatia. Inimigo é um conjunto de homens, pelo menos eventualmente, isto é, segundo a possibilidade real, *combatente*, que se contrapõe a um conjunto semelhante. Inimigo é apenas o inimigo *público*, pois tudo que se refere a tal conjunto de homens, especialmente a um povo inteiro, torna-se, por isto, *público*. Inimigo é hostis, e não *inimicus* no sentido lato; *polémios*, não *ekhtrós*. *Ibid*, p. 55.

<sup>32</sup> “Os conceitos de amigo, inimigo e luta adquirem seu real sentido pelo fato de terem e manterem primordialmente uma relação com a possibilidade de aniquilamento físico. A guerra decorre da inimizade, pois esta é a negação ontológica de outro ser. A guerra é apenas a realização extrema da inimizade”. *Ibid*, p. 59.

<sup>33</sup> “A definição aqui fornecida do político não é belicista nem militarista, imperialista ou pacifista. Também não representa uma tentativa de colocar a guerra vitoriosa ou a revolução exitosa como

Assim, a concepção de soberania também depende dessa perspectiva. Em “*Um Olhar Sobre a República Islâmica do Irão*”, a organização da comunidade nacional se alinha à denominação daqueles que após a Revolução podem fazer parte dela (possíveis amigos), em uma definição hierarquizada que fixa o limite em que cada grupo deve exercer seu direito de pertencer à nação, ou seja, os amigos podem ser cooptados à comunidade nacional sem que a soberania da mesma seja afetada. Porém, a definição dos conjuntos humanos que se coligam à comunidade nacional produtora do discurso também se faz além de suas fronteiras políticas. Ainda que não designando claramente as outras nações consideradas de maneira positiva pelo texto, as relações de aproximação política se fixam por uma rede de solidariedade que privilegia os mesmos projetos políticos que a nação iraniana toma para si, como por exemplo, a defesa da soberania nacional. O texto revela:

“O slogan ‘Nem Leste, nem Ocidente’, forma a base fundamental da política externa da República Islâmica do Irão, baseada num sistema, pelo qual estabelece as melhores relações com os países oprimidos de todo o Mundo, ao mesmo tempo que corta todas as suas ligações com os países opressores, racistas e regimes dictatoriais, baseando-se assim, na negação de toda a forma de opressão e domínio, bem como toda a dependência e submissão.

No desenvolvimento dessa política, depois da Revolução Islâmica, foram estabelecidas relações com mais de 22 países, 11 dos quais pertencem ao Continente Africano<sup>34</sup>”.

A opção pela recusa de “toda forma de opressão e domínio”, assim como de “toda a dependência e submissão” salienta as caracterizações políticas de um contexto histórico particularmente experimentado por um conjunto de nações e povos que viveram os processos de descolonização e as inconstâncias da Guerra Fria, rompendo publicamente a obrigatoriedade do vínculo político com os pólos de poder do período: Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A relação de proximidade que cria a ligação diplomática

---

‘ideal social’, pois guerra e revolução não são algo ‘social’, nem ‘ideal’. A própria luta militar, analisada em si, não é o ‘prolongamento da política com outros meios’, da forma que o famoso mote de Von Clausewitz é, muitas vezes, erroneamente citado, mas tem, enquanto guerra, suas próprias regras e ponto de vista estratégicos, táticas e outras, que no entanto conjuntamente pressupõem que a decisão política acerca de quem é o inimigo já se encontra presente. (...) A guerra não é, absolutamente, fim e objetivo, sequer conteúdo da política, porém é o pressuposto sempre presente como possibilidade real, a determinar o agir e o pensar humanos de modo peculiar, efetuando assim um comportamento especificamente político”. *Ibid*, pp. 59 e 60.

<sup>34</sup> *Um Olhar Sobre a República Islâmica do Irão. Op cit.* p. 13.

concentra-se nos países “oprimidos”, sendo mais da metade, identificáveis no continente africano.

Já a definição do inimigo é construída em uma dupla acepção; ora nomeando países considerados “opressores” de alguma comunidade humana, ora coincidindo, em alguma medida, com o “estrangeiro”; visto como o elemento exterior que é percebido pela comunidade nacional reorganizada pelo processo revolucionário. Em sua primeira designação, a justificativa para a nomeação dos inimigos se apresenta pela ruptura das relações diplomáticas entre esses países e o Irã, a partir da Revolução Islâmica, prevalecendo:

“... o envolvimento do País na guerra indesejada com o regime iraquiano, guerra essa que lhe foi imposta por aquele regime desde 22/9/80, visando enfraquecer e destruir os alicerces da República Islâmica. (...) O corte de todas as relações com os regimes sul-africano e o ocupante da Palestina (isto é, o regime sionista), também se inserem neste contexto<sup>35</sup>”.

Os inimigos são, portanto, nomeados como “regimes” porque quando qualificados como sistemas de governo, ressaltam a possibilidade do antagonismo político “amigo-inimigo” e estabelecem uma relação opressiva contra outras nações consideradas legítimas (Palestina oprimida pelo sionismo – Irã combatido pelo governo iraquiano), ou mesmo contra outras comunidades humanas no interior de suas fronteiras políticas (negros segregados pelo governo sul-africano).

Outra forma de caracterização do antagonismo político entre nações encontrado no texto, fixa-se na dicotomia discursiva entre os recursos e ações determinados como “nacionais”, responsáveis pela conquista de soberania da comunidade política, e a identificação de influências “estrangeiras” sentidas em certos setores de atuação do Estado-nacional. A extração de recursos minerais, considerado um setor estrategicamente significativo à independência econômica da nação, torna-se exemplo dessa perspectiva:

“Os gigantescos complexos de extracção de cobre, eram antes dirigidos por técnicos estrangeiros; depois da Revolução Islâmica, a totalidade das várias etapas de extracção, análise e manuseamento é efectuada por especialistas nacionais. A produção de cobre tem vindo a aumentar significativamente de ano a ano<sup>36</sup>”.

---

<sup>35</sup> *Ibid*, p. 13.

<sup>36</sup> *Ibid*, pp. 58 e 59.

Contudo, outros setores mais técnicos também são apresentados por um discurso de autonomia nacional que tenta comprovar a atuação ativa do Estado revolucionário em diversas esferas administrativas do país, como nos setores aeronáutico e educacional, como afirma o texto abaixo:

“Depois da Revolução Islâmica e devido à importância dada aos transportes e fretagem aérea aliada à demissão de técnicos de manutenção estrangeiros, a indústria aeronáutica iraniana chamou a si as operações de reparação e manutenção sem precedentes no País. Estas operações efectuam-se em todos os tipos de aviões incluindo os de grande porte e de fretagem<sup>37</sup>”.

“Os livros escolares que estavam profundamente influenciados por culturas estranhas à realidade nacional sofreram uma profunda modificação depois da Revolução Islâmica..<sup>38</sup>”

A idéia de que a Revolução Islâmica inaugura a soberania da comunidade política, e portanto, estabelece as características da nação autônoma é o argumento central da obra. O Irã como nação, mesmo que imemorialmente possível de ser identificado, somente adquire o sentido de soberania quando o Islã (visto pelo xiismo duodécimo), através da Revolução de 1979 estabelece seus limites e o anseio por autonomia tão característicos às comunidades nacionais consideradas legítimas, podendo remover aquilo que é “estranho” e acrescentando o que se mostra oportuno à formação da República Islâmica do Irã e a nação que ela representa.

A construção de uma imagem de força e independência torna-se crucial à definição de nação sustentada pelo Irã através do texto “*Um Olhar Sobre a República Islâmica do Irã*”. Mais que um simples discurso de apresentação das modernas estruturas políticas do Estado nascido do processo revolucionário, trata-se de um material histórico capaz de ressaltar que “*El ‘ser’ colectivo denotado por cualquier narración de la identidad nacional siempre se define por el Otro y existe simultáneamente em el presente y en el pasado al que hace referencia*<sup>39</sup>”. Dessa maneira, a existência do “estrangeiro” inserido no pólo negativo do antagonismo político proposto por Carl Schmitt é indispensável à elaboração de

<sup>37</sup> *Ibid*, p. 70

<sup>38</sup> *Ibid*, p. 81.

<sup>39</sup> Anthony D. Smith. *Comemorando a los Muertos, Inspirando a los Vivos. Mapas, Recuerdos y Moralejas en la Recreación de las Identidades Nacionales*. Revista Mexicana de Sociología, vol. 60, no. 1, 1998, p. 62.

um argumento de legitimidade que corrobora as ações do Estado revolucionário no território histórico do Irã.

Porém, há uma única categoria de “estrangeiro” que tem sua condição amenizada no interior da comunidade nacional. Um grupo de estrangeiros passa a ser re-significado e, portanto, tem a possibilidade de inserção no interior do território nacional, na medida em que seus integrantes são identificados, não mais como simples estrangeiros, mas sim, como “peregrinos” porque reconhecem no Irã uma terra sacralizada pela presença de figuras históricas centrais de toda a comunidade religiosa:

“Um considerável número de Centros de Peregrinação estão localizados na República Islâmica do Irão. Estes Centros consistem, geralmente, de túmulos ou mausoléus dos membros da Sagrada Família do Amado Profeta do Islão, Mohammad (S.A.W.) – que a paz de Deus esteja com ele; todos os anos, estes Centros de Peregrinação acolhem milhões de peregrinos iranianos e estrangeiros<sup>40</sup>”.

A exaltação de recintos de peregrinação que são sacralizados pela tradição religiosa facilita a idéia de perenização da nação que abriga esses espaços de fé. A comunidade política se organiza também a partir da legitimidade do discurso religioso; o que faz com que a identidade religiosa do peregrino se sobreponha à sua condição de “estrangeiro”. A nação que imortaliza pela monumentalização os túmulos de personalidades importantes da religião possui alicerces simbólicos mais sólidos para sedimentar sua comunidade política como autêntica protetora da terra histórica abençoada pela presença perene da fé em seu território. Torna-se oportuno salientar que a força simbólica da sacralização do território nem sempre é capaz de impedir que hostilidades nacionais sejam criadas e que até mesmo conflitos militares sejam causados. O fato de o Irã ter como centro de peregrinação, o túmulo de parentes do Profeta não evitou que o Iraque invadisse o país no início da década de 1980 do século XX; e nem a permanência de cidades consideradas sagradas aos xiitas iranianos em território iraquiano (como Karbala e Najaf) conteve a reação militar do Irã.

De qualquer maneira, o reconhecimento do poder simbólico da sacralização do território se faz necessário. A morte parece servir como um instrumento eficaz de produção de um vínculo legítimo entre homens que

---

<sup>40</sup> *Um Olhar Sobre a República Islâmica do Irão*. Op. Cit, p. 87.

compartilham o respeito pelos fatores que envolvem o sacrifício da vida por uma causa relevante. Nesse sentido, a República Islâmica do Irã desenvolve novamente uma valorização dos “mártires” da revolução que seriam aqueles homens que levaram o amor à nação e ao Islã às conseqüências dignas do sacrifício por algo maior, por toda a comunidade: “Nesse período crítico da História Iraniana (o processo revolucionário), milhares de pessoas inocentes e indefesas, pereceram mártires em defesa da causa ou ficaram mutilados em confrontos directos com as forças corruptas do Xá<sup>41</sup>”.

O texto ainda ressalta a criação da *Fundação dos Mártires da Revolução Islâmica*; uma instituição estatal que presta uma série de serviços às famílias das vítimas do governo anterior que contribuíram à consolidação do ideal revolucionário, principalmente fornecendo acesso e financiamento a instituições educacionais e a empregos no mercado de trabalho nacional:

“O dever e objectivo básico e fundamental desta Fundação é o de velar por todas as necessidades das famílias daqueles que, no decurso da Revolução Islâmica ou posteriormente foram martirizados, mutilados ou desapareceram em combate na defesa dos ideais do Islão e da Revolução Islâmica (...) De frisar ainda que a Fundação dos Mártires possui também um considerável número de hospitais modernamente equipados, bem como um significativo número de fábricas onde garante o emprego a muitos combatentes islâmicos, muitos dos quais são, eles próprios, seus administradores e gestores<sup>42</sup>”.

Esse sentimento é explicado pela eficiência de “... *los sitios e rituales de conmemoración que unen a las generaciones de una comunidad en su tierra natal con los contemporáneos y los que aún no nacen*<sup>43</sup>”. O Estado pode controlar o estabelecimento de rituais e a construção de monumentos que representam à nação, a idéia de que a morte desses indivíduos conseguiu assegurar a própria existência do Estado-nação, e por isso, há um laço de gratidão entre esses mártires e as gerações futuras que, em pagamento ao sacrifício, perenizam tanto a memória desses mortos como a própria nação defendida por eles. Assim, “*El concepto de nación y su identidad no son nada si no son populares; el manantial de la nación reside en la movilización de las generaciones sucesivas ‘del pueblo’ para cumplir la misión y el destino de la nación*<sup>44</sup>”.

<sup>41</sup> *Ibid*, p. 9.

<sup>42</sup> *Ibid*, pp. 107 e 108.

<sup>43</sup> Anthony D. Smith. *Op. cit*, p. 66.

<sup>44</sup> *Ibid*, p. 70.

### 4.3

#### Escudos são armas de defesa?

Entretanto, o “destino da nação” pode ser reelaborado a partir de ameaças internas e externas que acabam por criar a urgência de se invocar a comunidade nacional em favor de sua própria sobrevivência. Nessa perspectiva, a iminência de conflitos militares entre Estados-nacionais se apresenta como contexto limite à manutenção de determinado projeto político de nação. A República Islâmica do Irã, quando ainda sedimentava suas conquistas políticas de 1979 sofreu uma invasão territorial do Iraque que, em 17 de setembro de 1980 liderado por Saddam Hussein, reivindicava questões de fronteira anteriormente resolvidas em favor do Irã em 1975 no Acordo de Argel. Ainda que oficialmente o regime iraquiano declarasse que o motivo principal do conflito seria a disputa por uma área de fronteira ao norte do canal de Shatt-al-Arab, outros pretextos foram peremptórios para o início do conflito militar entre Iraque e Irã. A busca por legitimidade política de Saddam Hussein no interior do partido Baath<sup>45</sup>, bem como o receio de que a Revolução Islâmica transpusesse o território iraniano foi decisivo para que o Iraque, com apoio das principais potências da Guerra Fria e de alguns governos da região invadisse o país vizinho com o propósito de sufocar qualquer perspectiva de expansão do projeto revolucionário mantido por Khomeini. Com uma população xiita expressiva submetida ao domínio de um líder político secular de origem sunita, o Iraque poderia se transformar em alvo permanente das ambições expansionistas da Revolução Islâmica do Irã, ameaçando a frágil coesão nacional mantida por Saddam Hussein sobre xiitas e curdos em seu país<sup>46</sup>.

---

<sup>45</sup> “... la enfermedad del presidente Ahmad Hasan al-Bakr y la necesidad de preparar la sucesión del número dos del régimen, Saddam Huseyn, el cual debía legitimarse ante los militares, entre los que existían desacuerdos sobre el liderazgo de Huseyn, y ante algunos sectores del partido Ba`z, que no veían con buenos ojos que Huseyn accediese a la presidencia sin que dicha decisión pasara por ellos.” Gema Martín Muñoz. *El Estado Árabe: Crisis de Legitimidad y Contestación Islamista*. Barcelona: Bellaterra, 2005. 1ª. reimpressão. p. 104.

<sup>46</sup> “Um terceiro conflito nesses anos envolveu um estado árabe com um não-árabe, e ameaçou arrastar outros estados árabes; foi a guerra entre Iraque e Irã, que começou em 1980. Havia certas questões de fronteira em causa entre eles, que tinham sido resolvidas em favor do Irã em 1975, quando o já estava no auge do seu poder no mundo. A revolução iraniana, e o período de confusão e aparente fraqueza que a seguiu deram ao Iraque a oportunidade de refazer o equilíbrio. Mas havia algo mais importante em causa. O novo regime iraniano apelara aos muçulmanos em toda a parte para que restaurassem a autoridade do Islã na sociedade, e talvez parecesse ter uma atração especial pela maioria xiita do Iraque; o regime iraquiano enfrentou um duplo desafio, como um governo nacionalista secular e como um governado dominado por muçulmanos sunitas. Em 1980,

O impacto da emergência de um conflito com uma nação vizinha teve consequência direta para o projeto de nação construído e defendido pela República Islâmica do Irã. A dimensão política desse projeto passou a admitir novos elementos na elaboração discursiva da “nação iraniana”. Além da permanente coincidência da nação com o Estado após a revolução de 1979, a possibilidade de agressão externa empregada por projetos nacionais concorrentes passou a nortear a constituição teórica do conceito de nação desenvolvido pelo Estado iraniano. Em sua análise sobre a aplicação contemporânea dos preceitos estratégicos de Clausewitz, Raymond Aron salienta que “Faz-se necessário precisar somente que as relações entre nações independentes comportam o *risco* da violência e não a *permanência* ou o *uso* desta última<sup>47</sup>”. Assim, qualquer projeto nacional deve admitir a possibilidade de invocar elementos coercitivos como instrumento discursivo ou até mesmo prático de manutenção de seus pressupostos.

Um conflito armado ou sua iminência, enquanto uma espécie de competição militar e discursiva entre Estados-nacionais redimensiona tanto as fronteiras físicas quanto as relações identitárias dos povos submetidos ao confronto. Se há uma competição entre projetos nacionais que se desdobra em uma rivalidade militar que dará ao vitorioso a legitimidade política necessária para a supremacia de seu plano de nação, pode-se entender que o embate entre perspectivas nacionais quando se militariza destina-se ao estabelecimento de regras que mediarão o confronto, conferindo ao mesmo determinada respeitabilidade política. Nesse sentido há a possibilidade de compreender teoricamente a luta de projetos políticos nacionalmente distintos (como entre o secularismo iraquiano e o republicanismo islâmico do Irã) aos moldes do conceito de *jogo* defendido por Johan Huizinga, já que se trata do jogo “...como forma específica de atividade, como ‘forma significante’, como função social<sup>48</sup>”. A perspectiva teórica de Huizinga afirma que o jogo é o processo de manipulação de imagens capaz de manifestar-se socialmente como fator cultural da vida, podendo ser relacionado a noções de obrigação e dever. O jogo é definido a partir de sua

---

o exército iraquiano invadiu o Irã.” Albert. Hourani. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 2ª. Edição, 3ª. Reimpressão, p. 430.

<sup>47</sup> Raymond Aron. *Pensar a Guerra, Clausewitz: a Era Planetária*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p. 129.

<sup>48</sup> Johan Huizinga. *Homo Ludens*. São Paulo: Perspectiva, 2005. 5ª. Edição, 2ª. Reimpressão. p 6.

capacidade de estabelecer uma ordem “específica e absoluta”, criando um sentimento de perfeição limitada que complementa as deficiências do mundo vivido pelos jogadores<sup>49</sup>. A proposta de Huizinga é pensar diferentes disputas sociais como elementos regrados que servem de palco autorizado para a comprovação de qual dos envolvidos em uma pendência é capaz de se tornar lícito pelas regras do jogo. O vencedor é aquele que possui pela vitória a constatação de que é mais preparado a se relacionar com as regras do que o seus adversários, e portanto, ganha legitimidade para o exercício daquilo que a vitória deve autorizá-lo a ser.

A guerra Irã-Iraque foi decisiva para que novas regras fossem estabelecidas na maneira como o conceito de nação passou a ser definido pelos líderes da República Islâmica do Irã através de seus discursos oficiais. O jogo político de construção da concepção de “nação” fica submetido ao conjunto de regras próprio da guerra, sendo o inimigo aquele que ameaça tanto a sedimentação da fronteira do projeto, quanto a capacidade realizadora do mesmo.

A partir do início da guerra as novas regras condicionantes ao desenvolvimento e a defesa do projeto de nação passam a se relacionar com o próprio confronto. Dessa maneira, Khomeini e seu grupo político produzem um conjunto de textos oficiais que atrelam a idéia de nação à nova realidade social do país após a eclosão das ações militares iraquianas. Em dois impressos oficiais produzidos pelo governo iraniano e traduzidos por diversas embaixadas do país, a perspectiva do confronto se atrela à defesa da Revolução Islâmica como conquista política do povo iraniano. Nos escritos intitulados *Guerra Imposta, Paz Imposta e Sexta-Feira Sangrenta: O Massacre do Regime Iraquiano contra a População de Halabja*<sup>50</sup>, publicados em 1986 e 1988 respectivamente, torna-se possível perceber como a guerra se transforma no tema central do projeto de nação.

---

<sup>49</sup> Reina dentro do domínio do jogo uma ordem específica e absoluta. E aqui chegamos a sua outra característica, mais positiva ainda: ele cria ordem e é ordem. Introduce na confusão da vida e na imperfeição do mundo uma perfeição temporária e limitada, exige uma ordem suprema e absoluta...” *Ibid*, p. 13.

<sup>50</sup> No período de elaboração desse capítulo, todo o acervo da Biblioteca Nacional ficou indisponível para consulta por causa da longa greve que se iniciava. Desse modo, tive que acelerar a transcrição dos panfletos *Guerra Imposta, Paz Imposta e Sexta-Feira Sangrenta: O Massacre do Regime Iraquiano contra a População de Halabja*. Diante desse infortúnio, não pude atualizar determinadas informações bibliográficas referentes ao panfleto *Sexta-feira Sangrenta*, por isso, algumas das próximas notas de rodapé tiveram o número de suas páginas substituídas por ‘XX’.

A análise do panfleto referente ao massacre de *Halabja* confirma a proposta teórica de Huizinga de que a guerra deve ser entendida como uma luta submetida à regras, em uma espécie de “...forma de jogo mais intensa e enérgica, e ao mesmo tempo mais óbvia e mais primitiva<sup>51</sup>”. Ainda que Huizinga se prenda a conceitos questionáveis como a idéia de que existiria uma “propensão” humana à batalha fruto de um primitivismo instintivo, a pertinência de suas considerações sobre a guerra serve de instrumento de identificação das características do projeto de nação defendido pelos articuladores do panfleto assinalado. A imagem do conflito militar entre nações como um embate codificado se enquadra à estratégia iraniana de desqualificar seu antagonista político, tornando evidente a ilegitimidade do oponente pela sua constante postura de violação das regras de guerra. A escolha dos órgãos oficiais do Estado iraniano em difundir um texto de denúncia ao massacre iraquiano promovido contra os curdos em *Halabja* se justifica pela manutenção do argumento de que o Iraque teria utilizado armas químicas contra sua própria população. Ao recorrer a armas químicas o governo iraquiano estaria transgredindo normas internacionais reguladoras de confrontos militares, causando um desequilíbrio nas condições militares para o estabelecimento de um embate justo. Em *Sexta-Feira Sangrenta: O Massacre do Regime Iraquiano contra a População de Halabja*, o Irã recorre aos estatutos internacionais assinados pelo Iraque em comprometimento com as regras consensualmente criadas pelas nações para garantir a legitimidade de confrontos militares. Em menção direta aos acordos o texto revela:

“Em 1931 o regime iraquiano assinou o protocolo de Genebra de 1925, no qual se proibia a utilização de armas químicas e biológicas durante o período de guerra. Apesar de ter concordado, juntamente com outros países membros das Nações Unidas, com os Estatutos da Convenção de Genebra de 1972, que solicitavam, o cessar do fabrico de armas químicas e biológicas a sua destruição e armazenamento (...). Ademais, o Iraque é também signatário da Resolução das Nações Unidas nº37/98 que sublinha a necessidade de observação dos artigos e postulados do protocolo de Genebra de 1925 e da Convenção de 1972<sup>52</sup>”.

A menção aos protocolos de Genebra e à resolução no. 37/98 da ONU tem como propósito condizer o Iraque e seu projeto nacional como ilegítimos porque seriam incapazes de respeitar as normas que regulam a luta político-militar entre

<sup>51</sup> *Ibid*, p. 101.

<sup>52</sup> *Sexta-Feira Sangrenta: O Massacre do Regime Iraquiano contra a População de Halabja*. Lisboa: Embaixada da República Islâmica do Irã, 1988. p. XX.

as nações. O governo de Saddam Hussein não poderia ser enquadrado como um opositor respeitável, já que na guerra viola a condição teórica para que duas nações disputem a autenticidade de seus projetos políticos e nacionais; encarar o inimigo como um antagonista com direitos iguais. Ao desconsiderar os acordos internacionais que regulam a guerra eqüitativa, o Iraque transgredir aquilo que Huizinga defende como “qualidade lúdica” da guerra, a compreensão de seus participantes como contendores com direitos idênticos<sup>53</sup>. Assim, a República Islâmica do Irã tenta mobilizar a opinião pública internacional para dois aspectos: A idéia de que a revolução iraniana não é um fenômeno político hostil às demais nações do mundo, e a de que seu antagonista (o Iraque e seu vínculo com os interesses de potências estrangeiras) ameaça a segurança internacional ao infringir códigos consensuais de respeito à humanidade.

A narrativa iraniana sobre o massacre de *Halabja* mostra que a guerra torna-se elemento pertinente para o significado da dimensão política da nação e como a construção discursiva do opositor oscila entre a criação de um antagonista político e a superioridade moral da nação frente ao inimigo. Para melhor compreender essas características na relação política entre Irã e Iraque na década de 1980 do século XX, cabe analisar outras passagens do panfleto *Sexta-Feira Sangrenta* que reforçam esta perspectiva.

Uma das afirmações que defendem a pobreza moral do regime iraquiano faz menção aos acontecimentos de 17 e 18 de março de 1988, data do ataque iraquiano à cidade de maioria curda de *Halabja*. O texto revela:

“Este foi o início do grande crime da História humana. O regime selvagem do Iraque começou então os bombardeamentos químicos sobre as zonas livres das operações de Walfais 10, na quinta-feira, dia 17 de março de 1988. E na sexta, dia 18 de março, teve lugar em Halabja, um dos crimes mais desumanos e hediondos de toda a história. A cidade de Halabja foi bombardeada mais de 20 vezes, pelos aviões de combate iraquianos com bombas químicas e incendiáveis<sup>54</sup>”.

A passagem evidencia o ataque aéreo iraquiano como um crime de guerra. Ao violar leis internacionais que coíbiam o uso de armamento químico, o Iraque

<sup>53</sup> “Só é lícito falar da guerra como função cultural na medida em que ela se desenrola de maneira que seus participantes se considerem uns aos outros como iguais, ou antagonistas com direitos iguais. Por outras palavras, sua função cultural depende de sua qualidade lúdica”. Huizinga, op. cit, p. 102.

<sup>54</sup> *Sexta-Feira Sangrenta: O Massacre do Regime Iraquiano contra a População de Halabja*. Lisboa: Embaixada da República Islâmica do Irã, 1988. p. XX

passa a ser visto a partir de significados morais que o colocam em submissão ao respeito com que o Irã se percebe na guerra. Não há necessariamente uma quebra na relação de igualdade entre os opositores presente na definição de Huizinga sobre a guerra, já que o confronto continua sendo estabelecido entre Estados e seus respectivos projetos nacionais. O que se observa na afirmação é que os qualificativos morais da República Islâmica do Irã enquanto Estado-nacional moderno são exaltados porque respeitam as normas que condicionam a existência mútua entre nações e entre a nação e seus integrantes. Entretanto, o governo do Iraque estaria desrespeitando qualidades lúdicas da guerra que transformam o combate em algo publicamente respeitável, como o tratamento humanamente apropriado que se deve destinar ao inimigo. Desse modo, o confronto é visto como “um nobre jogo de honra”, uma vez que a comunidade nacional em sua dimensão política é sobretudo, uma comunidade lúdica tão artificial quanto o conjunto de princípios que regulam sua existência. O caráter lúdico da guerra está presente em cerimônias e rituais necessários que devem ser acatados por todos os envolvidos no confronto. Ao nomear o regime iraquiano de “selvagem”, o Irã ressalta o ímpeto do oponente em atropelar qualquer elemento de origem ritualística, sobrepondo ao cerimonial da batalha o extermínio indiscriminado do inimigo pela busca desregrada da vitória.

A manutenção da guerra como uma competição da honra entre iguais mantém-se como estratégia discursiva da República Islâmica do Irã. Ainda que as ações militares iraquianas sejam descritas de forma desonrosa, a “selvageria” dos ataques aéreos a *Halabja* não é atribuída ao povo, ou mesmo ao Estado iraquiano. O elemento desqualificado do embate é conferido a àquele que tomou o poder no país, sendo a figura personificado de Saddam Hussein o responsável pelos crimes de guerra e portanto, pela quebra da honra mantida pelas regras. O texto *Sexta-Feira Sangrenta* afirma:

“Sem piedade alguma em relação à sua própria gente, o inimigo chegou ao auge da crueldade e selvageria. O crime de Saddam contra Halabja não poderá ser comparado com a tragédia causada pelos bombardeamentos químicos em Sardasht. Em Halabja pereceram mais de 5000 pessoas e 7000 ficaram feridas, tendo as mulheres e crianças atingido 75% dos mortos e feridos da sexta-feira sangrenta de Halabja<sup>55</sup>”.

---

<sup>55</sup> *Ibid*, p. XX

Assim, os bombardeios químicos a *Halabja* são tidos como responsabilidade direta de Saddam Hussein, entendido como o coordenador do regime iraquiano. Saddam Hussein seria aos olhos de Teerã capaz de cometer atrocidades contra seu próprio povo, e por isso, se distancia das qualidades morais indispensáveis ao legítimo condutor de um projeto nacional. A violação das regras e a desumanidade do regime combatido permanecem nas descrições dramáticas que o Irã faz do cenário de *Halabja*. Saddam Hussein é acusado de transformar o cotidiano de pacatos moradores da cidade em um espetáculo de crueldade passível de censura internacional. Para tanto, basta que se atente às descrições dos ataques químicos que ressaltam:

“Pela manhã, dezenas de crianças foram instantaneamente asfixiadas, devido aos gases neurotóxicos enquanto brincavam em frente às suas casa. Aquelas inocentes crianças, nem sequer tiveram tempo de correr para aquelas se refugiarem. Muitas delas caíram nas soleiras das portas de suas casa e nunca mais se levantaram. Uma mãe que abraçava o seu bebê de (um) ano, caiu a dois passos de casa, imediatamente asfixiada. Numa área de 150 metros, na rua principal de Halabja, pelo menos 50 mulheres e crianças tiveram o mesmo destino, resultante do uso deplorável das armas químicas<sup>56</sup>”.

A bestialidade das ações militares de Saddam Hussein é reforçada pela caracterização das vítimas e do cenário do massacre. Em desacordo com as regras internacionais, o regime iraquiano teria atacado alvos não combatentes, em especial menção a mulheres e crianças, as mais frágeis vítimas de um confronto militar. As atrocidades cometidas por Saddam Hussein e seus aliados dariam ao Irã a vantagem estratégica da honra que confere respeitabilidade ao projeto nacional iraniano e conseqüentemente, ao seu regime político. A disputa entre a proposta de nação laica iraquiana e o modelo nacional iraniano passa a ser o elemento central do confronto, transferindo da guerra para as instituições políticas o espaço da batalha. O texto concentra-se em revelar a partir do depoimento de um cidadão iraquiano curdo a insatisfação e a ilegitimidade do governo de Saddam Hussein. Atribuindo algumas palavras ao cidadão de *Halabja* Karin Mohammad Nabi, o panfleto iraniano afirma:

“É provável que a vingança do regime iraquiano contra o povo de Halabja, se deva ao fato dos governadores de ‘Bagdá’, terem desde sempre procurado uma oportunidade para se vingarem dos revoltosos muçulmanos desta área<sup>57</sup>”.

---

<sup>56</sup> *Ibid*, p. XX.

<sup>57</sup> *Ibid*, p. XX.

As supostas palavras do cidadão iraquiano de *Halabja* apontam alguns elementos que corroboram a imagem de insatisfação interna que o Irã atrela ao seu inimigo. A constante caracterização do regime iraquiano como desqualificado moral (no caso, vingativo) se vincula à definição de que o Iraque é liderado por uma espécie de “corte de Bagdá” que exclui de seu projeto nacional a universalização de direitos nacionais aos demais integrantes do Estado iraquiano. O que o panfleto iraniano tenta mostrar é que enquanto no Irã a fronteira da nação coincide com a do Estado, no Iraque existe a manutenção de um projeto nacional que prima pela concessão de privilégios a determinado grupo, excluindo outras comunidades que estariam submetidas às fronteiras do Estado. O governo oligárquico de Bagdá luta de maneira desonrosa porque se vinga e se afasta dos demais cidadãos, que oprimidos pelo regime laico acabam sendo identificados pela denominação religiosa, já que o povo de *Halabja* passa a ser visto como “muçulmanos”, o que os aproxima da condição de honrados e portanto, simpáticos aos iranianos.

A relação estabelecida entre os curdos na condição de vítimas de Saddam Hussein e o Irã é reforçada pela maneira como o texto *Sexta-Feira Sangrenta* nomeia a população de *Halabja*. Das vítimas aos integrantes da resistência curda, todos os envolvidos na luta contra a opressão iraquiana são identificados pela condição religiosa de seguidores do islamismo, o que confere às vítimas o direito de serem salvas pelo envolvimento do Irã no conflito. A marcação dos envolvidos na guerra a partir de duas frentes antagônicas, o justo e islâmico exército iraniano contra o opressor e laico governo de Saddam Hussein, reafirma a lógica política entre “amigo-inimigo” de Carl Schmitt e mostra como a guerra Irã-Iraque é vista como uma imponente batalha entre projetos nacionais contrários. A guerra é transformada em um ritual que a eleva à condição de “causa sagrada”<sup>58</sup>, posto que um embate geral de forças opostas mantido pelo discurso da República Islâmica do Irã tenta fazer com que seu projeto de nação desfrute do mesmo sentimento de solidariedade que aproxima integrantes da uma fé comum.

---

<sup>58</sup> “A idéia de que a guerra só aparece quando uma situação especial de hostilidade geral solenemente proclamada é reconhecida como algo diferente das querelas individuais e dos conflitos entre famílias. Esta distinção coloca de um só golpe a guerra tanto na esfera agonística quanto na do ritual, elevando-a ao nível das causas sagradas, de um confronto geral de forças e da revelação do destino; por outras palavras, passa a fazer parte daquele complexo de idéias que abrange a justiça, o destino e a honra”. Johan Huizinga. Op. cit. p. 108.

A sacralização da guerra é percebida em diversas passagens do texto *Sexta-Feira Sangrenta*. A dramática descrição da tarde do dia 17 de março de 1988, no momento em que a esquadra iraquiana bombardeia *Halabja* mostra-se emblemática nesse propósito, já que:

“Em todas as ruas da cidade de Halabja, as pessoas conversavam harmoniosamente com os soldados iranianos, podendo verificar-se o vínculo que há tanto tempo os une. De vez em quando o som das gargalhadas misturadas com o slogan “DEUS É GRANDE” ouvia-se à distância, e o silêncio reinava novamente, Halabja ressuscitara.

Os ponteiros do relógio marcavam 17:30 horas do dia 17 de março de 1988, e as pessoas continuavam muito excitadas. O murmúrio das pessoas e dos combatentes do Islã podia ainda ser ouvido ao longe. De repente o céu ficou coberto de negro e alguns aviões de controle iraquianos, sobrevoaram as áreas residenciais da cidade. Passaram somente alguns segundos e a cidade era já uma mistura de fumo branco e preto<sup>59</sup>”.

A maneira como a população de *Halabja* saúda os soldados iranianos demonstra a presença de elementos simbólicos da fé muçulmana na construção do vínculo social entre o povo da aldeia curda e a República Islâmica do Irã. A exposição do ambiente de harmonia estabelecido entre a população local e o exército iraniano é caracterizada pela combinação da alegria pela chegada dos combatentes recebidos aos gritos de “Deus é Grande” (*Allah-o Akbar*), expressão máxima da fé islâmica no monoteísmo. Conforme havia sido apresentado na análise do panfleto *Um Olhar Pela República Islâmica do Irão*, a frase religiosa mantida na bandeira nacional iraniana é novamente utilizada como recurso simbólico de sobreposição da comunidade religiosa à comunidade nacional, que no caso da guerra Irã-Iraque em *Halabja* é estendida aos curdos iraquianos.

A integração dos moradores de *Halabja* ao projeto nacional iraniano pode ser percebida a partir de outras referências simbólicas. O texto *Sexta-Feira Sangrenta*, ao longo da descrição teatral dos primeiros momentos do bombardeio, confere àqueles que lutaram contra os soldados de Saddam Hussein o título de “combatentes do Islã”. O honroso título de defensor da correta religião serve como código de prestígio aos que pelas suas qualidades podem ser incorporados às fronteiras da nação. A proposta desta aproximação emblemática entre a resistência curda e o exército iraniano através da fé islâmica mostra que se há a coincidência da idéia de nação às fronteiras do Estado, a República Islâmica do

---

<sup>59</sup> *Sexta-Feira Sangrenta: O Massacre do Regime Iraniano contra a População de Halabja*. Op. cit. p. XX

Irã não desconsiderava a possibilidade de incorporar ao jugo do seu Estado os territórios iraquianos de maioria curda, em especial a região de *Halabja*. Mesmo não havendo nenhuma declaração oficial que apresente qualquer pretensão iraniana à posse dessa região, a caracterização do povo curdo como uma comunidade islâmica oprimida garante ao Irã a legitimidade junto à comunidade nacional de intervir nas questões políticas que envolvem essa comunidade.

O princípio de apoio da República Islâmica a lutas consideradas “justas” encontra-se manifestado no artigo 154º. da Constituição iraniana<sup>60</sup> discutida no capítulo anterior. O texto constitucional que permite a ampliação da atuação da política nacional em questões externas delega ao Irã a responsabilidade de dar suporte à resistência de povos oprimidos sem qualquer discriminação. A tentativa do panfleto *Sexta-Feira Sangrenta* em caracterizar *Halabja* como um local oprimido por Saddam Hussein, torna legítimo o envolvimento do exército iraniano no respaldo militar da cidade, permitindo pela defesa da mesma identificação religiosa a incorporação desses oprimidos ao projeto nacional do Irã. Nesse sentido, o limite territorial da nação iraniana coincide com a área de atuação de suas instituições públicas. Se o exército iraniano se vê obrigado a defender o povo de *Halabja* ampliando seu campo de ação sobre o território estrangeiro, assume pela responsabilidade da proteção a incorporação dessa região à nação iraniana, já que os curdos de *Halabja* passam a gozar do mesmo direito de amparo militar concedido aos cidadãos da República Islâmica.

A estratégia de se nomear os curdos de *Halabja* como um povo “islâmico” garante a inclusão dos mesmos no projeto nacional do Irã, que se reformula a partir das vicissitudes da guerra com o Iraque. O texto revela:

“... e as suas aldeias vizinhas nomeadamente *Khormal* e *Dojeyleh*, testemunham há muito tempo as lutas islâmicas empreendidas pelos curdos contra o regime iraquiano. O governo do Iraque, na tentativa de torpedear o movimento islâmico dos curdos, forçou-se sistematicamente a emigrarem para outras áreas (...) Mas ‘Bagdá’ respondeu imediatamente e em menos de uma semana após a revolta destas pequenas cidades, o governo iraquiano ordenou a execução de ataques aéreos e terrestres contra cidades

---

<sup>60</sup> “A República Islâmica do Irã aspira à liberdade dos seres humanos no conjunto da comunidade humana e reconhece a independência, a liberdade e a prática da justiça como direitos universais de todos os povos do mundo. Conseqüentemente, ao mesmo tempo que se abstém de qualquer interferência nos assuntos internos de outras nações, a República Islâmica apoiará qualquer luta justa de povos oprimidos contra classes opressoras em qualquer parte da face da terra”. *Constituição da República Islâmica do Irã*. Capítulo Décimo, artigo 154º.

curdas, dizimando-os num esforço tremendo no sentido de acabarem completamente com o levantamento islâmico de massas.<sup>61</sup>”

A ação de resistência ao domínio iraquiano das aldeias curdas assume novamente no discurso iraniano a característica de “movimento islâmico”. A solidariedade conferida aos curdos se justifica através da confirmação de que a oposição a Saddam Hussein é legítima, e portanto, passível de ser integrada ao conjunto de causas políticas contemporâneas que merecem o apoio da comunidade nacional iraniana. A reafirmação do caráter opressor do regime iraquiano é dada pela atrocidade com que sua aviação revida a testemunhada rebelião dos curdos. O amparo do “levantamento islâmico das massas” se comuta em uma espécie de dever cívico porque atende às exigências da comunidade nacional iraniana em seu acolhimento das causas islâmicas. A necessidade de se vincular a identidade religiosa às forças políticas da guerra Irã-Iraque reflete as intenções da República Islâmica do Irã em nomear os grupos que de maneira legítima são integrados ao projeto nacional do país. Nesse sentido, o texto revela:

“Mas, juntamente com *Khormal*, *Dojeyleh*, *Towaileh* e *Biyareh*, *Halabja* foi libertada pelas poderosas mãos dos combatentes islâmicos para além de libertarem 5 cidades e 132 aldeias do Iraque forçaram a rendição 4000 militares iraquianos incluindo o comandante da 43ª divisão (...)E foi esta participação, bem como a forte convicção islâmica da população curda, que tornou insuportável para os governantes de ‘Bagdade’ e de todo o Iraque, que, viram como a única solução, o massacre desta população<sup>62</sup>”

A ênfase que o discurso panfletário iraniano dá à identidade islâmica dos combatentes estabelece uma relação entre curdos e iranianos que é mantida pela conduta correta de ambos na guerra. Identificar o grupo pela religiosidade sugere que, ao contrário do inimigo comum, os aliados seguiram as regras impostas pelo jogo da guerra. O movimento discursivo de comunhão de curdos e iranianos os envolve em uma comunidade lúdica. Essa união reforça o sentimento de que ambos são jogadores que respeitam as regras do jogo e os coloca sobre a mesma “equipe”, dando unidade àqueles que possuem um objetivo comum na batalha e sustentam o mesmo padrão de conduta. Essa identificação religiosa entre curdos e iranianos permite à República Islâmica do Irã estender a fronteira da comunidade nacional em direção a *Halabja*.

<sup>61</sup> *Sexta-Feira Sangrenta: O Massacre do Regime Iraquiano contra a População de Halabja*. Op. cit. p. XX

<sup>62</sup> *Ibid*, p. XX.

A imagem do Irã como a salvaguarda dos povos islâmicos oprimidos, quando aplicada à guerra Irã-Iraque dramatiza-se, recorrendo ao apelo humanitário para mostrar-se como bastião da fé islâmica em um Oriente Médio corrompido pelo laicismo político. O caráter dramático da construção dessa imagem se revela no momento em que no texto são invocados “personagens reais”. Por exemplo:

“Nadriyeh Mohammad Fatah, uma jovem de 15 anos de idade, estudantes da escola técnica de Halabja, foi transferida juntamente com sua mãe para um hospital situado na parte ocidental do Irã. Depois de hospitalizada, Nadriyeh disse: “Enquanto nós conversávamos sobre a Libertação de Halabja no pátio da nossa casa, uma poeira branca cobriu-nos repentinamente, e eu caí no chão. Após alguns instantes os soldados islâmicos vieram em nosso socorro e levaram-nos de carro até uma base de helicóptero, e daí, fomos transferidos de helicóptero até o hospital”. Acrescentou ainda que o seu pai se encontra junto às forças iranianas lutando contra o regime de Saddam<sup>63</sup>”.

O testemunho de vítimas do conflito reforça a idéia de que o Irã cumpre seu destino de “nação islâmica”. A escolha de uma jovem de 15 anos como depoente das agruras do conflito encena de modo sensibilizante a participação das instituições nacionais iranianas em *Halabja*. O Irã acolheria as vítimas curdas com a mesma disposição que teria aos seus compatriotas, tornando acessível a cidadãos iraquianos o amparo de suas instituições de saúde. Na defesa desse “destino islâmico”, o alargamento do campo de atuação do Estado iraniano acompanha o crescimento do território dos povos islâmicos, que no caso da guerra, se prolonga em direção às cidades curdas do Iraque. Se o conceito de nação é suscetível a expansão, o espaço de atuação do Estado deve acompanhar esse aumento, uma vez que Estado e nação encontram-se sobrepostos pelos discursos iranianos sobre a guerra. Nas palavras da adolescente curda os soldados iranianos são retratados pela sua condição de islâmicos, o que permitiria a seu pai engrossar as fileiras do exército iraniano contra as forças militares do Iraque (Estado-nacional que até o conflito conferia cidadania à família da jovem).

Em outro depoimento atribuído a um chefe de família, a ação iraniana sobre o território curdo do Iraque continua a ser justificada pela proteção da comunidade religiosa, já que:

“Mohammad Fateh Abdollah, nascido em 1946 e residente em Halabja, tentando consolar a mulher que tinha sido ferida justamente com ele e seus três filhos, comentava: ‘Saddan

---

<sup>63</sup> *Ibid*, p. XX.

jogou o seu último trunfo contra os combatentes desta área, de agora em diante; todo tipo de iniciativa está nas mãos dos soldados iranianos e do povo desta região. Com a ajuda das forças iranianas nós demos uma lição ao regime iraquiano, e continuando a lutar, conseguiremos de certeza erguer bem alto a bandeira do Islã no Curdistão iraquiano<sup>64</sup>”.

Ainda que não haja qualquer declaração explícita de que o Irã mantinha pretensões intervencionistas nas áreas curdas do Iraque, a resistência ao regime de Saddam Hussein criava condições para o aumento da ação de instituições nacionais iranianas na região. A ausência de qualquer declaração que defendesse a construção de um Estado-nacional curdo independente não pode ser ignorada. Os curdos sempre foram vistos como a maior etnia sem Estado do mundo e a assimilação dos curdos islâmicos ao projeto nacional iraniano se mostrava cada vez mais possível. Nesse sentido, o depoimento do curdo Mohammad Fateh Abdollah se exime de expressar a defesa da autonomia política do Curdistão. O que o depoente exalta é a permanência da “bandeira do islã” na região e, para tanto, a presença iraniana se justificava. Em outra passagem do texto, uma tímida menção à Jadal Talebani, líder da UPC (União Patriótica do Curdistão) se perde diante da constante identificação do caráter islâmico da luta que curdos e iranianos travavam contra Saddam Hussein.

Se a guerra Irã-Iraque ganhou dramaticidade no texto *Sexta-Feira Sangrenta* pela incorporação de supostas alocações de vítimas do massacre de *Halabja*, as falas autorizadas a emitir juízo sobre a guerra não se limitaram aos diretamente envolvidos. Em grande parte do panfleto a comunidade internacional é chamada a avaliar criticamente as vicissitudes do confronto. As participações de órgãos e agentes internacionais aludem a função de mediadores atribuída aos mesmos. A construção discursiva das características iníquas do inimigo passa a ser reforçada pela interferência supostamente imparcial de entidades consideradas legítimas à fiscalização das regras da guerra. O panfleto destaca:

“Enquanto o regime iraquiano utilizava as armas químicas contra o seu próprio povo, os representantes das Nações Unidas, em visita ao Irã, recolhiam todos os dados relacionados com a utilização das armas químicas contra os soldados iranianos e a população civil. E após redigirem detalhadamente os relatórios, submeteram-se à apreciação da organização das Nações Unidas com números S/16433<sup>65</sup> e S/18852<sup>66</sup>.”

---

<sup>64</sup> *Ibid*, p. XX

<sup>65</sup> Report of the specialists appointed by the Secretary-General of the United Nations to investigate allegations by the Islamic Republic of Iran concerning the use of chemical weapons, *Document S/16433*, 26 March 1984, New York, USA.

Depois de submetido pelo Secretário do Conselho de Segurança, também este conselho, se juntou aos indivíduos e às organizações que condenaram o Iraque por utilização de armas químicas<sup>67</sup>.

As Nações Unidas, através de seu Conselho de Segurança exerce, além de outras atribuições, poder de vigilância sobre a maneira como as nações conduzem a guerra. A função das Nações Unidas invocada pelo panfleto iraniano não seria de natureza pacifista, impedindo o desenvolvimento da guerra. Apenas compete a ONU fiscalizar se as ações bélicas dos países correspondem aos princípios comportamentais acordados entre organizações políticas simétricas, como os Estados-nacionais. Nenhuma instituição internacional conseguiu de maneira eficaz anular o ímpeto das nações em alcançar maior poder político, mesmo que uma das maneiras mais diretas de conquista de poder das nações seja a guerra. Hans J. Morgenthau em seu livro *A Política Entre as Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz*, afirma que o impulso pelo poder no cenário internacional tem sido encoberto por sistemas ideológicos que racionalizam as aspirações políticas<sup>68</sup>. No campo da política externa as nações dependem de sistemas normativos que tornem legítimas suas pretensões de poder. Enquanto Huizinga afirmava existir um sistema normativo para a guerra entre nações rivais, Morgenthau salienta que a justificativa para o confronto também depende de critérios reguladores (como a moralidade, os costumes e a lei) que concedem legitimidade à guerra aos olhos de nações não necessariamente envolvidas no conflito. A guerra transcende o campo de batalha e perpassa discursos de legitimidade junto à comunidade das nações, fazendo com que os demais países julguem autênticas as reivindicações de poder dos envolvidos na disputa militar. É com esse propósito que a República Islâmica do Irã menciona em seu panfleto as resoluções S/16433 e S/18852 do Conselho de

---

<sup>66</sup> Report of the Mission Dispatched by the Secretary-General to Investigate Allegations of the Use of Chemical Weapons in the Conflict Between the Islamic Republic of Iran and Iraq”, *Document S/18852*, 8 May 1987, New York, USA.

<sup>67</sup> *Sexta-Feira Sangrenta: O Massacre do Regime Iraquiano contra a População de Halabja*. Op. cit. p. XX.

<sup>68</sup> “No intuito de reduzir o risco dessa revolta, de acalmar o ressentimento e a oposição que surgem quando o impulso pelo poder é reconhecido como tal, aqueles que buscam esse poder costumam, como já vimos, empregar ideologias para encobrir os seus objetivos reais. O que constitui de fato a aspiração pelo poder aparece então como uma coisa diferente, como algo que se encontra em harmonia com os reclamos da razão, da moralidade e da justiça. A sua substância íntima, de que as ideologias de política internacional não passam de mero reflexo, deve ser buscada nas ordens normativas da moralidade, dos costumes e da lei”. Hans J. Morgenthau. *A Política Entre as Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz*. Brasília Editora UnB, 2003. pp. 421-422.

Segurança da ONU; para autorizar internacionalmente a ampliação das fronteiras de sua nação.

A estratégia discursiva do Irã concordaria com as práticas políticas que Morgenthau nomeou como a “vitória do nacionalismo sobre o internacionalismo”. Dessa maneira, os Estados-nacionais identificam sua própria moralidade nacional como princípios éticos supranacionais a serem seguidos e autorizados pelas demais nações<sup>69</sup>. As conclusões de Morgenthau acerca dessa disputa de enquadramentos supranacionais na segunda metade do século XX não se aplica somente à bipolarização da Guerra Fria. No caso da guerra Irã-Iraque em que duas nações antagônicas concorrem pela posição de potência regional no Oriente Médio, a supremacia de sistemas políticos distintos também se apresenta. O laicismo político do Iraque e o republicanismo islâmico do Irã disputam pela melhor justificativa discursiva da guerra. Por essa razão o texto *Sexta-Feira Sangrenta* atrela constantemente aos soldados curdos e iranianos a condição de “islâmicos”, porque respeitam as regras da guerra e agem a partir do que consideram o verdadeiro código de moralidade universal.

Embora o Conselho de Segurança da ONU seja reconhecido como uma das entidades responsáveis pela fiscalização do confronto entre nações, a expectativa sobre a sua atuação não correspondeu ao status de imparcialidade que o panfleto lhe destinava. Por exemplo:

“O silêncio mortal que se faz sentir nos círculos internacionais, incluindo o Conselho de Segurança das Nações Unidas, no Movimento dos não-alinhados na Conferência Islâmica e noutros, indica claramente que nestes círculos, ninguém está minimamente inclinado a tomar medidas eficazes, no sentido de se proceder à libertação de todos os povos oprimidos do mundo<sup>70</sup>”.

Com essas palavras a República Islâmica do Irã critica a ação permissiva dos órgãos internacionais, sugerindo que há um vazio de poder a ser ocupado efetivamente por outra instituição. Se o 154º. artigo da Constituição iraniana for novamente trazido à discussão, ele apresenta o Estado-nacional iraniano como

---

<sup>69</sup> “A maioria, contudo, no intuito de vencer o seu conflito, identifica a moralidade de uma nação em particular com os mandamentos da ética supranacional. É como que ele despejasse o conteúdo de uma moralidade nacional em uma hoje quase vazia garrafa de ética universal. E, com isso, cada nação vem a conhecer de novo uma moralidade universal – quer dizer, a sua própria moralidade nacional -, que se convencionou tomar como aquela que todas as demais nações deveriam aceitar como a sua própria”. *Ibid*, p. 469.

<sup>70</sup> *Sexta-Feira Sangrenta: O Massacre do Regime Iraquiano contra a População de Halabja*. Op. cit. p. XX.

possível substituto desse poder vago, já que “...a República Islâmica apoiará qualquer luta justa de povos oprimidos contra classes opressoras em qualquer parte da face da terra<sup>71</sup>”. O Irã não deixa de reconhecer a ONU, assim como outros órgãos internacionais como entidades de inspeção da ordem mundial. A proposta discursiva admitida pelo Irã refere-se à possibilidade de expansão de seu projeto de nação em direção a outros povos classificados pela política externa iraniana como “oprimidos”. Trata-se da defesa da moralidade nacional islâmica do Irã como sistema normativo a serviço do alargamento das fronteiras da nação e da atuação do Estado.

Para além dos órgãos internacionais como as Nações Unidas, outra instituição considerada mais ativa é aclamada como mediadora do conflito, sem ser vista como concorrente por poder universalista: a imprensa internacional. Esta é fartamente reverenciada como testemunha das atrocidades morais, consuetudinárias e legais cometidas por Saddam Hussein. Distante da disputa por espaço na política externa das nações, a imprensa com sua linguagem dramática se mostra a mais competente organização na tarefa de desmoralizar o inimigo:

“A pele dos corpos tinham perdido estranhamente a sua cor, e os olhos quando não desaparecidos na cavidade ocular, permaneciam abertos e fixos como se ainda vivessem, a cor dos lábios comparavam-se ao cinzento do lodo, e a imobilidade em que ficaram os seus membros era simplesmente grotesca. A morte parece ter-lhes apanhado de surpresa enquanto gozavam a tranqüilidade de seu lar<sup>72</sup>”.

Essa descrição de *Halabja* após os ataques aéreos iraquianos é atribuída a David Hirt, correspondente do *London Daily* no Oriente Médio e teria sido publicada no periódico *Guardian*, a 23 de março de 1988.

Se as Nações Unidas e a imprensa internacional são invocadas como órgãos capazes de regar o jogo da guerra, deveriam também, aos olhos da República Islâmica do Irã, testemunhar sobre sua correta atuação contra o Iraque. Entretanto, o discurso panfletário admite que o Irã não é reconhecido como uma nação a ser defendida publicamente. A ausência desse prestígio pode ser explicada pela imagem ameaçadora que a Revolução Islâmica de 1979 e a própria guerra

---

<sup>71</sup> *Constituição da República Islâmica do Irã*. Capítulo Décimo, artigo 154º.

<sup>72</sup> *Sexta-Feira Sangrenta: O Massacre do Regime Iraquiano contra a População de Halabja*. Op. cit. p. XX.

Irã-Iraque atrelaram ao país no campo internacional<sup>73</sup>. As instabilidades políticas e econômicas advindas desses dois movimentos ao longo da década de 1980 minaram a imagem do Irã tanto entre os países do Oriente Médio, como entre os ocidentais. Se politicamente a República Islâmica do Irã e sua guerra colocavam em risco o *status quo* de países com populações xiitas na região, no campo econômico a perspectiva de uma nova crise de abastecimento de petróleo assombrava o mundo. Com o desenvolvimento do conflito militar, Irã e Iraque realizaram diversos ataques aéreos à infra-estrutura petrolífera do inimigo; o que trazia amarga lembrança às nações que tiveram suas economias devastadas pela crise energética de 1973.

Com o propósito de combater a idéia negativa que o Irã dispunha no campo internacional, o panfleto *Guerra Imposta, Paz Imposta* é produzido e distribuído a várias nações a partir de 1986. O documento apresenta em suas linhas iniciais a mesma lógica de caracterização do antagonismo político “amigo-inimigo”, repartindo as esferas políticas envolvidas no conflito em duas comunidades incompatíveis:

“A batalha feroz, que vem sendo travada há seis anos nas vastas fronteiras sul e oeste entre a Republica Islâmica do Irã e o Iraque, tornou-se, na verdade, um dos maiores conflitos da história contemporânea. Nesta batalha estão inseridos elementos que terão um papel decisivo nos futuros conflitos entre a facção dos oprimidos e a dos arrogantes bem como no incremento da luta até à vitória de movimentos de libertação em todo o mundo<sup>74</sup>”.

A mensagem trazida pelo parágrafo inaugural do panfleto ressalta a divisão dos envolvidos no confronto em “oprimidos” e “arrogantes”. O trecho anuncia que a guerra Irã-Iraque é mais uma evidência de que o Irã pós-1979 é expressão de um movimento internacional de libertação das comunidades exploradas, em uma espécie de mudança irresistível e transformadora do mundo contemporâneo.

<sup>73</sup> “For the Gulf states, the Iranian revolution and the Iraq-Iran war have posed the worst security threat that they have yet had to face. Endowed with the realistic sense of their own weakness vis-à-vis more powerful regional neighbors, the countries of the Arabian Peninsula have adopted the sensible policy of seeking to stay out of trouble and remain on good terms with everybody. They worked hard and, by an large, successfully at establishing good relations with the Shah; it therefore came as a particularly unpleasant shock when his government was overthrown and replaced by a regime that openly proclaimed its hostility to the ‘corrupt’ rulers and societies across the Gulf”. Michael Sterner. *The Persian Gulf: The Iran-Iraq War. Foreign Affairs*, Washington, volume 63, n. 1, p. 135.

<sup>74</sup> *Guerra Imposta, Paz Imposta*. Brasília: Embaixada da República Islâmica do Irã, 1986. p. 2.

O caráter modificador da experiência política humana é entendido como função primordial de um sistema governativo específico: a República Islâmica. O panfleto continua estendendo sua mensagem revolucionária ao campo das relações internacionais, assumindo inicialmente a existência de uma “vocação” iraniana à propagação de uma mensagem tão intensa quanto a da fé e que se confunde com a mesma:

“Nesse contexto, ela (a República Islâmica do Irã) considera a luta contra a tirania de potências opressoras e das que se rebelam contra a Lei Divina uma necessidade inevitável.

Conseqüentemente é dever do sistema governativo de qualquer República Islâmica não regatear esforços para a eliminação desses obstáculos no caminho da unificação de todos os crentes sob o governo divino, unindo as vagas crescentes da Revolução islâmicas do Mundo<sup>75</sup>”.

A República Islâmica é o reconhecimento da comunhão entre a humanidade e as normas estipuladas por Deus para a organização social dos homens. O objetivo final desse sistema de governo é a consolidação de uma única comunidade identitária em torno da legítima liderança divina, concretizando definitivamente a *Umma* islâmica. Contudo, ainda que o Irã entenda a necessidade de se combater “a tirania de potências opressoras”, o caráter revolucionário de sua mensagem não mais se concentra na formação de uma única comunidade religiosa transnacional, mas sim na exportação de seu sistema de governo, respeitando as fronteiras políticas das nações. O que se pretende ressaltar é que o Irã admite a existência de nações soberanas, transferindo o caráter de universalidade ao modelo de governo “islâmico” e não ao Estado-nacional iraniano. O panfleto mantém o teor supranacional de seu projeto político, mas reconhece a necessidade de superar o isolamento diplomático causado pelo perigo de subversão da coesão interna de países com população muçulmana.

À medida que o Irã se declara oficialmente como representante de uma quebra no *status quo* da região, admite que sua existência cause apreensão na política externa. Sabendo do prejuízo ao prestígio político do país gerado por essa leitura, o texto *Guerra Imposta, Paz Imposta* altera a estratégia discursiva e passa a apresentar o país como uma comunidade nacional que respeita a autonomia de outras nações. O argumento invocado para justificar a idoneidade do Irã é a História:

---

<sup>75</sup> *Ibid*, p. 3.

“A própria História é um testemunho flagrante de como a República Islâmica não poupou esforços no sentido de incrementar e manter relações pacíficas e amistosas com todos os governos não-hostis, em particular com seus vizinhos e de não intervenção nos seus problemas internos mesmo quando foi confrontada perante o jugo opressor tanto do Leste como do Ocidente que fosse a nível cultural, econômico e militar.

Com ressurgimento da verdadeira Revolução islâmica muitas medidas políticas de natureza pacífica foram empreendidas pela República Islâmica, como prova evidente de que incitar uma guerra contra as nações vizinhas nunca esteve nos desígnios do presente sistema islâmico<sup>76</sup>”.

Ao contrário de outros panfletos que se preocupam em atribuir posturas enaltecidas à “República Islâmica do Irã”, neste trecho de *Guerra Imposta, Paz Imposta* a especificidade nacional é velada, conferindo ao leitor a função de subentender que o termo “a verdadeira Revolução islâmica” faz menção ao Irã sem diretamente nomeá-lo. A História serve de material comprobatório para dois propósitos: evidenciar o respeito do Irã a geopolítica do período e estender a noção de pacifismo para o sistema governativo do país. A República Islâmica, ainda que seja uma experiência política modelar, não deve concretizar seu projeto de expansão pela força; o que reafirma a necessidade de atrelar ao conceito político um discurso pacificador.

O propósito central do panfleto é defender a idéia de que o Irã é uma nação confiável, sem abdicar do caráter transnacional de seu projeto político; visto com reservas pela comunidade internacional. Uma das estratégias utilizadas pelo texto é a exposição de algumas medidas adotadas pelo governo iraniano após a Revolução Islâmica. Essas ações, por serem alinhadas aos “desígnios do sistema islâmico”, teriam um caráter não-belicista, anulando medidas militaristas adotadas pelo regime Pahlavi, como a expansão de bases militares e acordos de defesa mútua<sup>77</sup>. A intenção da República Islâmica do Irã é negociar sua imagem no jogo das nações. Ao denunciar o pacto militar da

<sup>76</sup> Idem Ibidem. .

<sup>77</sup> “Algumas dessas medidas convém ser numeradas: 1) Cancelamento de todas as procurações para contratações militares; 2) Redução do pessoal militar em nível de Oficiais e de comando; 3) Denúncia do Pacto Militar da CENTO; 4) Cancelamento de todos os programas de treinamento militar no estrangeiro propostos durante o regime do ex-Xá; 5) Expulsão de 40.000 conselheiros militares americanos; 6) Redução do serviço militar de dois anos para um; 7) Paralisação do gigantesco projeto de base militar de Chah-Bahar; 8) Retorno das forças iranianas estacionadas no Omã; 9) Retorno de todos os adidos militares iranianos estabelecidos no estrangeiro; Dissolução de algumas seções e do excedente militar de algumas das Unidades das Forças Armadas Iranianas”. *Ibid.*, p. XX

CENTO<sup>78</sup> e propagar ações antimilitares, o Irã reforça o discurso alternativo à bipolarização da Guerra Fria, sem vinculá-lo a tensões e instabilidades políticas na região.

A capacidade de mobilização popular da Revolução Iraniana é diretamente atribuída à imagem de que o Irã possui a missão de expandir a fé islâmica, entendida como fundamento ideológico da Revolução e de sua “capacidade de penetração e aceitação por massas oprimidas”. Nesse sentido, a Revolução de 1979 é universal porque apregoa o Islã, sem interferir na existência mútua entre os Estados-nacionais e repudiando a intromissão das potências da Guerra Fria nos assuntos internos dos países.

Há uma diferença conceitual na maneira como o projeto político iraniano é exposto nos panfletos *Sexta-Feira Sangrenta: O Massacre do Regime Iraquiano contra a População de Halabja* e *Guerra Imposta, Paz Imposta*. Enquanto no primeiro o conceito de nação é expandido além das fronteiras físicas do Estado iraniano em direção aos curdos iraquianos, no segundo há a impressão de que a nação deve manter-se restrita às suas fronteiras originais. O Islã servia no primeiro caso ao reconhecimento dos povos que deveriam ser incorporados à nação, pois os “curdos islâmicos” pareciam tocados pelo clamor revolucionário ao lutarem junto às tropas iranianas na guerra. Já no segundo panfleto a mensagem do Islã ainda funciona como matéria de exportação, porém totalmente desvinculado de um projeto político expansionista.

Como exemplo dessa perspectiva cabe ressaltar a maneira como o texto *Guerra Imposta, Paz Imposta* traduz um trecho do verso corânico 13:11:

“Deus não mudará as condições de uma *Nação* a não ser que mudem a si mesmo<sup>79</sup>”.

Pode-se observar uma diferença entre a maneira como o verso é traduzido pela Embaixada iraniana e o modo como o mesmo trecho é lido na versão corânica original. A palavra revelada como “Nação” na tradução do panfleto seria em árabe قَوْم “Kaum” que significa “povo”. Como referido no

<sup>78</sup> *Central Treaty Organization* – Pacto de segurança que alinhava países da Ásia Central às potências ocidentais, em especial Grã-Bretanha e Estados Unidos. Criado em 1955 como “Pacto de Bagdá”, o bloco tinha como objetivo promover a luta anticomunista na região).

<sup>79</sup> Guerra Imposta, Paz Imposta. Op. cit. p. 4.

segundo capítulo desse trabalho<sup>80</sup>, a idéia de “nação” no Mundo Islâmico pode ser expressa pelas palavras árabes *أمة* “*Umma*” (como presente no próprio Alcorão), ou *وطن* “*Watan*” (expressão em linguagem contemporânea impossível de ser percebida no Alcorão)<sup>81</sup>. Dessa maneira, a leitura iraniana do verso corânica “encaixa” o termo nação de maneira forçosa para convencer o leitor de que o destino de uma nação pertence à Deus, não podendo sofrer interferência de uma comunidade nacional externa. Se o Islã é o fundamento ideológico da nação iraniana, torna-se legítimo sacralizar os pressupostos identificando-os no Alcorão, mesmo que com o apoio de uma tradução.

A construção de uma autenticação dos interesses nacionais iranianos não se esgota pelo vínculo do discurso panfletário ao texto sagrado. Em outra tentativa de comprovar a inexistência de um projeto expansionista iraniano, o texto *Guerra Imposta, Paz Imposta* recorre à transcrição de um discurso atribuído ao Líder Supremo da Revolução Imam Khomeini:

“Não interpretem mal nem pensem que queremos conquistar outras Nações quando dizemos que a Revolução deve ser exportada para todo o Mundo. O que nós gostaríamos de ver é que os recentes acontecimentos ocorridos no Irã e esta conscientização das massas que nos levaram a um distanciamento das superpotências pondo fim à apropriação dos nossos recursos, tivessem também lugar em outros países e regimes. É pois, nosso desejo que as nações e os governos conscientizem-se e salvem-se dessa praga que os assola desde de a dominação sob a qual vivem até o roubo das suas riquezas encontrando-se eles menos na pobreza.”<sup>82</sup>

O discurso conferido ao Imam Khomeini é propositalmente datado em 1980 por ocasião das celebrações do “*Id Adha*” (última celebração do *hajj* - *حج*, a peregrinação a Meca) em Teerã. O resgate das palavras de Khomeini no primeiro ano da revolução tenta mostrar que desde os momentos iniciais, o Irã não almejava destruir governos e nações, mas apenas conscientizá-las da exploração exercida pelas grandes potências. Tão sagrada quanto o Alcorão são as palavras do Líder Supremo da Revolução Islâmica durante um festival religioso.

As intenções do texto não se limitam a exposição do Irã como uma nação pacífica, mas também como vítima das ambições ocidentais representadas pelas

<sup>80</sup> Ver nota 186 ( no 2º. Capítulo)

<sup>81</sup> Em três traduções diferentes do Alcorão para a língua portuguesa (sendo duas reconhecidas pelas autoridades religiosas islâmicas) a palavra árabe “*Kaum*” é traduzida como “povo” (traduções: versão autorizada pelo governo saudita, Samir Hayek e Mansour Challita).

<sup>82</sup> *Guerra Imposta, Paz Imposta*. Op cit, p. 5.

agressões expansionistas do Iraque ao país. Em *Guerra Imposta, Paz Imposta* a República Islâmica do Irã traça um histórico das hostilidades entre os dois países, pontuando as diversas ações agressivas tomadas pelo Iraque antes da invasão militar de setembro de 1980. No campo da política interna, o regime iraquiano teria aos olhos de Teerã preparado um conjunto de medidas capazes de tornar a relação diplomática entre os dois países insustentável. Do confisco de bens, interrogatórios e torturas de pessoas ligadas ao Irã, até a concessão de asilo político a expatriados da Revolução Islâmica, o Iraque mantém-se permanentemente responsabilizado pelo início dos combates militares com o Irã. Uma das acusações mais importante é a de que o Iraque teria distorcido “fatos geográficos-históricos de regiões iranianas recordando ao uso e abuso do prefixo *Al* para lhes dar uma falsa identidade árabe<sup>83</sup>”.

O plano expansionista de Saddam Hussein denunciado pelo Irã reivindicava ao Estado iraquiano a posse do Khuzestão, região de fronteira entre os dois países anteriormente habitada por árabes e que no início da guerra pertencia ao Irã. Quando o texto ressalta o abuso do prefixo “*Al*” pelos iraquianos, refere-se às disputas em torno de territórios como o Khuzestão que, Saddam Hussein pretendia trazer de volta aos “árabes” com o nome de Arabistão. A disputa territorial envolve também um enfrentamento simbólico que concede ao vencedor o direito de “nomear” regiões anexadas. Essa construção de novos signos aos territórios é parte de uma contenda entre projetos políticos distintos: o Irã buscando tornar-se liderança regional invocando uma identidade religiosa para o “Mundo Islâmico”, e o Iraque defendendo suas pretensões como líder regional a partir de uma identidade racial para o “Mundo Árabe”.

---

<sup>83</sup>“Meses antes de agressão militar, o regime iraquiano deu início a uma série de medidas, numa clara intenção de destruir todas as relações de boa vizinhança e de não ingerência que desde 1975 e até à data da Revolução eram baseadas no acordo de fronteiras e relações amistosas assinado em Argélia. Estas medidas que culminaram numa clara e gigantesca invasão militar são prova irrefutável da natureza expansionista do regime iraquiano e podem ser assim resumidos: Confisco dos bens de mais de 50.000 cidadãos iraquianos e sua expulsão para o Irã sob o pretexto de serem de origem iraniana/ Perseguição, tortura e aprisionamento de proeminentes teólogos e pessoas iranianas no Iraque/ Permanente vigilância e sucessivos ataques com apropriação de bens e perseguição a alunos e professores das escolas iranianas do Iraque/ Freqüentes interrogatórios e abusos infligidos aos funcionários da Embaixada da República Islâmica do Irã em Bagdá/ Concessão de asilo político aos fugitivos ligados ao regime Pahlavi/ Incentivo e apoio material a forças contra-revolucionárias internas/ Ações subversivas e provocações a grupos étnicos iranianos/ Incremento de discórdias nas zonas fronteiriças/ Distorção de fatos geográficos-históricos de regiões iranianas recordando ao uso e abuso do prefixo *Al* para lhes dar uma falsa identidade árabe”. *Ibid*, pp. XX

É preciso salientar que as manifestações diretas de hostilidade e a disputa entre projetos políticos distintos para a mesma região foram conduzidas para o enfrentamento militar. Em sua análise do desenvolvimento da guerra na História da humanidade, John Keegan afirma que a descolonização da Ásia e da África levou os Estados recém independentes a um processo de militarização que fazia da guerra uma realidade cada dia mais presente<sup>84</sup>. No caso da disputa pela liderança de uma região estratégica para a economia mundial, a disposição às armas é uma opção política sempre cogitada.

O texto *Guerra Imposta, Paz Imposta* apresenta um exemplo de como a guerra dependeu da construção de argumentos simbólicos para alcançar a legitimidade necessária para fazê-la adequada ao projeto político que a conduzia. Com o propósito de tornar evidente as intenções injustificadas que levaram Saddam Hussein a invadir o Irã, o panfleto denuncia o antagonismo entre árabes e iranianos criado pelo regime iraquiano:

“Saddam tentou desesperadamente fazer reviver a memória das primeiras guerras árabes contra os iranianos nos primeiros dias do Islã, numa ridícula e falsa comparação sob o título de ‘O Qadisiyah de Saddam’ a fim de estabelecer uma falsa unidade árabe e permitir assim uma confrontação árabe-iraniana. No entanto, esse nacionalismo decadente e racismo hipócrita característico do Partido Baath não impediram que os seus líderes descobrissem que a batalha de ‘Qadisiyah’ fora uma batalha travada entre o Islã e os infiéis, tendo as armas do Islã se erguendo contra a Monarquia Sassânida. A epopéia de ‘Qadisiyah’ tornou-se afinal a vitória direta do Islã em vez do triunfo pessoal de Saddam<sup>85</sup>”.

A referência histórica utilizada por Saddam Hussein faz menção à chegada do Islã no antigo Império Persa, com a vitória dos exércitos muçulmanos conduzidos pelo califa Umar ibn al-Khattab em 637 d.C. A questão simbólica contida na citação da batalha de Qadisiyah é empregada por Saddam para marcar a guerra Irã-Iraque como um conflito imemorial, e portanto, legítimo porque autorizado pela História. Ainda que o exército do califa identificasse seu antagonista por critérios essencialmente religiosos, Saddam propunha uma

<sup>84</sup> “A militarização de estilo ocidental dos novos Estados independentes da Ásia e da África nas quatro décadas posteriores a 1945 foi um fenômeno tão notável quanto o que ocorrera com os povos não guerreiros da Europa no século XIX. Era de se esperar, portanto, que tivesse muitos dos mesmos efeitos lastimosos: gastos excessivos em armas, subordinação dos valores civis aos militares, ocupação de postos de mando por elites militares auto-escolhidas e até o recurso à guerra”. John Keegan. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 485.

<sup>85</sup> *Guerra Imposta, Paz Imposta*. Op. cit. p. 7.

releitura dessa identificação a partir do programa pan-arabista do partido Baath iraquiano.

A resposta iraniana às representações simbólicas desse discurso é imediata. A leitura da batalha de Qadisiyah feita pelo panfleto *Guerra Imposta, Paz Imposta* desautoriza a versão iraquiana ao apresentar outra identificação aos envolvidos no confronto. O exército do califa seria identificado com o Islã, enquanto o inimigo da religião seria a monarquia persa, e não o seu povo. A escolha iraniana pela aproximação dos “derrotados” à monarquia se justifica através de uma relação direta entre a batalha de Qadisiyah e a Revolução Islâmica de 1979. Assim como o exército islâmico do califa lutou contra os infiéis da monarquia Sassânida, os revolucionários liderados por Khomeini teriam vencido a monarquia Pahlavi, tão infiel quanto os Sassânidas. O que se pode concluir é que tanto para o Iraque quanto para o Irã, a batalha de Qadisiyah é um símbolo que atende à necessidade de autorização discursiva da guerra. A violência torna-se possível quando destinada ao antagonista comum, seja o inimigo persa ou infiel.

A justificativa para a guerra, ou mesmo para a recusa da “paz imposta” é o tema final do panfleto. Com o desenvolvimento do conflito ao longo dos seis primeiros anos (já que o panfleto foi escrito em 1986), algumas notícias vindas do front foram decisivas para marcar a justificativa iraniana para a manutenção do confronto e a recusa de um armistício em 1986. Apesar da superioridade iraquiana em poder aéreo, o Irã vencia em terra, pois dispunha de tropas mais numerosas e empenhadas em se sacrificar pela República Islâmica<sup>86</sup>. O comprometimento de um grande número de iranianos com a defesa da Revolução influenciou não apenas a maneira como o Irã manteve-se taticamente na guerra, mas também serviu de argumento para o estabelecimento de condições pelo país para o fim dos combates:

“Esta junção de ideais sublimes (libertação de regiões ocupadas), lado a lado com a defesa da causa da Revolução, permitiria à jovem República caracterizar dois dos maiores objetivos na luta contra a invasão Baathista do Iraque:

- 1) Vitória final e aniquilamento das forças inimigas iraquianas;

---

<sup>86</sup>“But Iran is still winning the ground war. Even though Iranian operations generally result in casualties twice as high as Iraq’s, Iran can afford such losses. Iraq cannot. Thus, despite horrendous losses, Iran is inexorably grinding the Iraqis down”. David Segal. *The Iran – Iraq War: An Military Analysis. Foreign Affairs*. Volume 66. Número 5. 1988. p. 958.

2)Martírio e eterna felicidade no cumprimento do dever e a ativa contribuição da defesa dos ideais islâmicos e consumação da vitória a longo prazo <sup>87</sup>”.

Com essas palavras, o Irã deixa claro suas exigências para a aceitação de um cessar fogo com o Iraque. Somente com a destruição do partido Baath iraquiano, a deposição de Saddam Hussein e “a eterna felicidade no cumprimento do dever” de defender o Islã, o governo iraniano negocia a paz. Nessa perspectiva, a República Islâmica condiciona a guerra a concretização de um projeto religioso: garantir a sobreposição do Islã frente aos modelos políticos laicos do Oriente Médio. O combate militar feito pelas tropas iranianas passa a ser visto como “martírio”, seja porque o final da luta é a “eterna felicidade”, ou mesmo porque os soldados lutam oficialmente em nome da fé islâmica.

A necessidade de se remeter ao discurso religioso para angariar voluntários para a guerra, tem uma justificativa tática. Com a Revolução Islâmica, o Irã praticamente destruiu o oficialato do exército criado pelo Xá. O risco de contar com as Forças Armadas, possivelmente repleta de sentimento monarquista, rondava o cálculo político dos revolucionários<sup>88</sup>. O vínculo entre a elite militar iraniana e o regime do Xá Mohammed Reza Pahlavi se estreitou ao longo da segunda metade do século XX. Em uma escala crescente desde o golpe de Estado de 1953 que derrubou o governo do primeiro ministro Mossadegh e restabeleceu plenos poderes ao Xá, houve um processo de militarização do Estado iraniano interrompido somente com a Revolução Islâmica de 1979. A maior parte do fornecimento de capital e equipamento bélico desse reforço militar foi constituído sob os auspícios dos Estados Unidos da América<sup>89</sup>.

<sup>87</sup> *Guerra Imposta, Paz Imposta*. Op. cit. p. 11

<sup>88</sup>“Iran would have easily won the war by now if the shah's well-trained, professional military had not been deliberately destroyed by the regime of Ayatollah Khomeini. Indeed, one of Khomeini's first acts after he seized power on February 1, 1979, was to order a purge of the Imperial Iranian Armed Forces and particularly the officer corps, which he correctly regarded as a hotbed of monarchist sentiment. To make matters worse, the best and most experienced officers had been trained in the United States and Israel and therefore were not trusted by the new regime. *Ibid*, pp. 952-953.

<sup>89</sup> “*Depuis 1973, le budget de l'armée iranienne a quintuplé. Il est passé de 2 milliards de dollars em 1975, chiffre qui est maintenu em 1976, 1977 et 1978. En moyenne, le Châh consacre annuellement 30% du budget de l'État aux forces armées. Ce qui fait que depuis l'augmentation des revenus pétroliers, il est devenu celui qui, proportionnellement, entretient le plus fort budget militaire du monde.*

*Au regard des chiffres précédemment cités, ces dépenses militaires sont déterminées par les achats massifs effectués par le régime iranien auprès de l'industrie d'armement américaine. Sur le plan politique, ils sont une des composantes de la stratégie que Washington a mise sur pied, dès le coup d'État de 1953, pour que la direction de l'Iran reste sous le contrôle des forces armées du Châh”.*

Com o forte antiamericanismo presente nas manifestações públicas contra o Xá, motivadas, sobretudo pelos discursos do aiatolá Khomeini, qualquer resquício da influência dos Estados Unidos no país seria visto de maneira crítica, e as Forças Armadas não tinham como ocultar sua histórica relação com Washington. Nesse contexto, o esvaziamento das forças militares iranianas e a substituição de seus quadros formados no período Pahlavi por fervorosos seguidores de fé islâmica retiraram das instituições militares toda a experiência de seus homens. No lugar dos bem treinados soldados das Forças Armadas Imperiais, jovens devotos confiáveis assumiram o controle militar do país. O resultado dessa política foi a institucionalização do “martírio” como arma de resistência frente à ocupação iraquiana.

O panfleto *Guerra Imposta, Paz Imposta* explora a eficiência do apelo religioso para a formação de um consenso favorável à defesa da Revolução. Reconhecendo a superioridade logística do exército inimigo, o Irã apela ao sentimento nacional-religioso, entendendo a fé como uma vantagem estratégica capaz de suprir suas deficiências bélicas:

“Conscientizada e alerta, confiante na liderança islâmica e na defesa da Revolução, toda a Nação ergueu-se em uníssono, reconhecendo plenamente o objetivo e sentido no seu todo, a profundidade das hostilidades que se escondiam por detrás da máscara de Saddam, armado dos mais recentes e sofisticados armamentos tanto do Oriente como do Ocidente. Só uma arma ainda mais potente poderia impor-se com sucesso, contra a qual não há defesa possível: “a arma da FÉ, do auto-sacrifício e do martírio”<sup>90</sup>.”

A idéia de martírio é um símbolo religioso de grande alcance no Irã. Com a maioria da população professando o xiismo duodécimo, O Irã reconhece a força de símbolos da história islâmica como o “massacre de Karbala” ocorrido em 2 de outubro (*Muharram*) de 680 d.C (61 d. H.), em que o Imam Hussein, após a *fitnah* (a divisão da comunidade religiosa entre xiitas e sunitas) é martirizado pelos sunitas. Dessa forma, percebe-se no xiismo uma defesa da capacidade

---

Ahmad Farougy e Jean-Loup Reverier. *L'Iran Contre le Chah*. Paris: Editions Jean-Claude Simoën, 1979. p. 109.

<sup>90</sup> *Guerra Imposta, Paz Imposta*. Op. cit, p. 10.

santificadora do martírio, que aplicada ao contexto da guerra Irã-Iraque torna sagrada a defesa da nação iraniana<sup>91</sup>.

Além da coesão social garantida pelo reconhecimento de uma rede de símbolos religiosos compartilhada pelos integrantes da nação, a recusa do Irã em aceitar uma trégua se apóia na relevância que os próprios iranianos atribuem a sua Revolução Islâmica. A compreensão de que a via política islâmica e seu sistema governativo seriam uma alternativa concreta à bipolarização mundial da Guerra Fria, indicava aos líderes iranianos que qualquer vitória atribuída ao Irã colocaria à prova os interesses das grandes potências na região. Para o governo iraniano, “A(a)mbos os blocos (Ocidente e Oriente) constataram que a continuidade da guerra daria maior importância à Revolução Islâmica na região e, conseqüentemente maior seria a ameaça aos seus ‘vitais interesses’<sup>92</sup>”. Desse modo, a via revolucionária islâmica criada por Khomeini tentava reconstruir a ordem mundial a partir de uma organização espacial-ideológica tripartite, em que as nações de todo o mundo poderiam escolher entre o modelo judaico-cristão-ocidental defendido pelos Estados Unidos da América; o modelo ateu-oriental representado pela União Soviética; e a via muçulmana fundada pela República Islâmica do Irã. Mesmo que grande parte do armamento iraniano usado na guerra fosse originária da produção bélica norte-americana e soviética (ou de países aliados dessas potências), o panfleto apresentava a idéia de que o principal interesse das negociações de paz era não permitir o triunfo da Revolução Islâmica no confronto. O receio de que o mundo reconhecesse o modelo de nação iraniano como uma alternativa eficiente à Guerra Fria seria um prejuízo às potências regionais e mundiais do período.

Se na esfera global a República Islâmica do Irã competia com Estados Unidos e União Soviética, no âmbito regional rivalizava com outros Estados-nacionais. Além do “baathismo” da República do Iraque, o “sionismo” do Estado de Israel desafiava a intenção de liderança do republicanismo islâmico do Irã no

---

<sup>91</sup> “Above all, the martyrdom of Husayn has given to Shi’i Islam a whole ethos of sanctification through martyrdom. Although the Shi’i were persecuted all through their early history and, according to their traditions, every single one of the Imams suffered martyrdom, it is above all the martyrdom of Husayn that has given this characteristic to Shi’i Islam; a characteristic that recent events in Iran have demonstrated to be as strong as ever”. Moojan Momen. *An Introduction to Shi’i Islam: the History and Doctrines of Twelver Shi’ism*. Londres: Yale University Press, 1985. p. 33.

<sup>92</sup> *Guerra Imposta, Paz Imposta*. Op. cit, p. XX.

Oriente Médio. Do ponto de vista ideológico, para o panfleto *Guerra Imposta, Paz Imposta* os regimes iraquiano e israelense são identificados como projetos regionais que compartilham a recusa dos princípios políticos do Islã, em defesa de concepções identitárias “etno-raciais” (árabe no Iraque e judaica em Israel). A proximidade entre essas nações é uma operação discursiva bastante explorada:

“O fundador do Partido Baath Iraquiano é Michel Aflaqi, um ex-judeu que através da sua doutrina, impôs ao Iraque e aos seus cidadãos crentes e religiosos, pensamentos e ideologias similares aos impostos por Theodore Hertz (fundador do Sionismo).

Uma análise profunda da política do regime iraquiano seria suficiente para demonstrar a base comum entre o partido Baath e o Sionismo, especialmente no âmbito da política expansionista e de superioridade racial. (...)

As manobras político-militares de Telavive e Bagdá, na tentativa de desmembrar e ocupar o Líbano e o Irã, explorando para isso, as diferenças religiosas, tribais e culturais a distorção de nomes históricos internacionalmente reconhecidos bem como fatos geográficos, massacres das populações civis e a destruição de áreas residenciais, numa tentativa de prosseguir a sua ambição expansionista, são sem dúvida, características evidentes das suas bases ideológicas comuns<sup>93</sup>”.

No trecho acima, observa-se a tentativa de se estabelecer uma relação ideológica entre o Iraque e Israel. O pensador Michel Aflaq, principal mentor do partido Baath é denunciado como um “ex-judeu” responsável por impor aos iraquianos preceitos sionistas. Ao compará-lo a Theodore Hertz o panfleto tenta firmar a imagem de que o projeto expansionista do Iraque é tão maléfico para a estabilidade política do Oriente Médio quanto o sionismo de Israel. De maneira proposital, Aflaq é aproximado ao judaísmo com o intuito de distanciá-lo de qualquer vínculo com os ideais islâmicos, ainda que Aflaq seja de origem cristã, e não judaica. A estratégia de nomear o principal pensador do “baathismo” como sionista serve para questionar a legitimidade do Iraque reivindicar a liderança da região. Entregar a defesa dos interesses regionais ao Iraque seria como consentir que o próprio Estado de Israel conquiste a mesma posição, permitindo que os países islâmicos fossem comandados pelo principal Estado de maioria não muçulmana do Oriente.

Para a República Islâmica do Irã, assim como os libaneses sofreram com a ocupação israelense de sua fronteira sul em 1982, os próprios iranianos padecem sob a invasão iraquiana desde 1980. Desse modo, Iraque e Israel seriam responsáveis por opressões infligidas a muçulmanos, repudiando a tutela do Islã em favor de seus interesses expansionistas. Enquanto os regimes iraquiano e

---

<sup>93</sup> *Ibid*, pp. 18 e 19.

israelense atropelam populações islâmicas, o Irã reforça seus laços identitários com a defesa dos povos muçulmanos, numa tentativa de ganhar legitimidade como líder regional. Uma questão internacional que serve de exemplo da ação iraniana como “zeladora do Islã” é a própria ocupação israelense do Líbano em 1982. Em resistência à presença das tropas israelenses e norte-americanas em especial ao sul do território libanês (região com maior número de xiitas no país) e na capital Beirute, uma milícia xiita denominada Hezbollah (“partido de Deus - حزب الله”) inicia suas atividades<sup>94</sup>. Com ajuda financeira e militar da Síria e do Irã, o Hezbollah é um modelo da proposta de atuação internacional elaborada pela República Islâmica iraniana. Em nome da defesa dos muçulmanos, o Irã vê na ação dessa milícia uma oportunidade de infiltração do paradigma republicano islâmico-iraniano no Líbano.

Em concordância com a proposta de ampliação das instituições nacionais iranianas como em *Halabja*, o Irã apóia fortemente a resistência do Hezbollah ao exército israelense. Entretanto, ao invés de utilizar seu próprio exército para concretizar esse projeto, utiliza sua política externa para fazê-lo. A mensagem que o Irã tenta propagar com a defesa da resistência “islâmica” ao sionismo judaico é a de que os demais povos islâmicos da região devem reconhecer no Irã um aliado, e não uma ameaça à coesão social de seus países. O Irã luta e apóia movimentos de oposição a não-islâmicos, assumindo não interferir em questões políticas de Estados-nação vizinhos, desde que os mesmos não atuem de forma contrária à defesa do Islã em seus territórios.

A maneira como o panfleto *Guerra Imposta, Paz Imposta* finaliza essa discussão é emblemática e exemplifica o propósito de todos os panfletos trabalhados neste capítulo. Invocando novamente as palavras do Imam Khomeini, o texto endurece seu discurso reafirmando a recusa pela aceitação de um armistício com o Iraque naquele momento:

“Salientemos por essa razão, a resposta dada pelo líder da Revolução Islâmica, Imam Khomeini, à delegação escolhida pela Conferência Islâmica, que foi incumbida de visitar a República Islâmica do Irã, para mediação, em 28 de fevereiro de 1981:

<sup>94</sup> “A ocupação israelense logo despertou uma feroz resistência xiita. Com aval sírio e apoio militar iraniano, o Hezbollah iniciou as primeiras operações de ‘martírio’ que expulsaram os norte-americanos do Líbano e, mais gradativamente, os israelenses, que em 1986 recuaram para sua ‘linha de segurança’”. Peter Demant. *O Mundo Muçulmano*. São Paulo: Editora Contexto, 2004. p. 242.

‘Se um grupo de muçulmanos, supondo que eles sejam, atacarem outro grupo muçulmano é dever de todos os muçulmanos lutar contra ele...’.

Procurem, se fomos NÓS ou ELES que deram início à agressão: se chegarem a conclusão que fomos ‘nós’ os agressores, então todos terão que nos opor. Mas se por outro lado concluírem que foram ‘Eles’ os invasores e os agressores é seu dever lutar contra ‘Eles’

São incompatíveis para a paz no Islã, a blasfêmia e a hipocrisia<sup>95</sup>’.

---

<sup>95</sup> *Guerra Imposta, Paz Imposta*. Op. cit. p. 21.